



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

**Relatório Municipal ODS 2025
Senador José Porfírio**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Senador José Porfírio (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

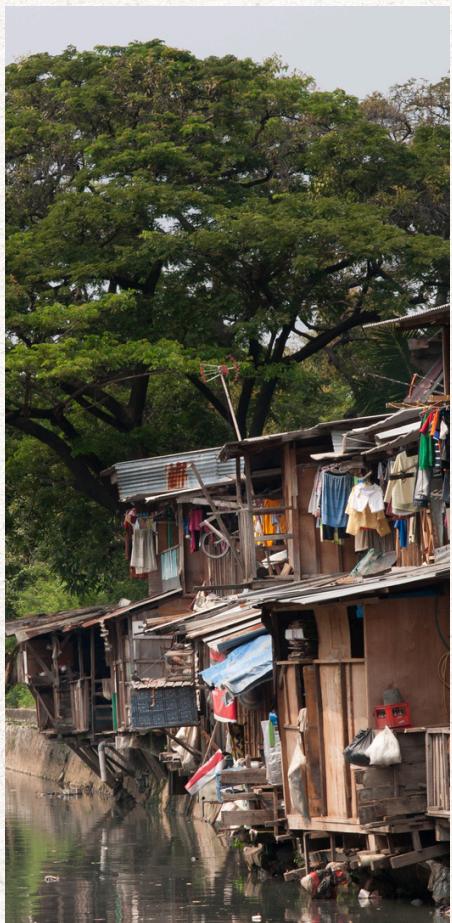
O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza



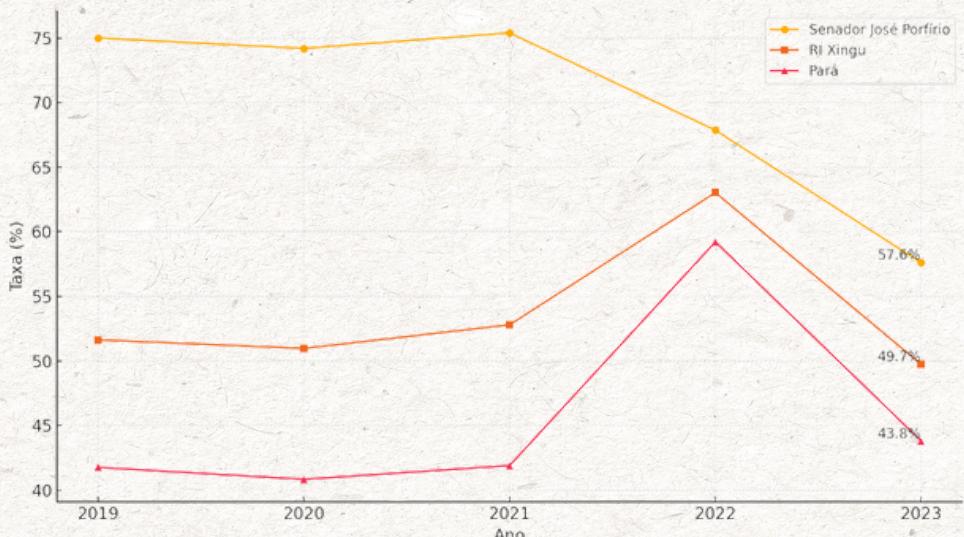
A taxa de pobreza no município de Senador José Porfírio manteve-se elevada entre 2019 e 2021, variando pouco acima dos 74%, com leve oscilação, até atingir o pico de 75,4% em 2021. A partir de 2022, observou-se uma queda mais expressiva, chegando a 68% e, finalmente, a 57,6% em 2023, configurando uma redução de quase 18 pontos percentuais em dois anos. Apesar disso, o município ainda apresenta um índice significativamente superior aos demais níveis analisados (Gráfico 1).

Na Região de Integração (RI) Xingu, a taxa manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021 (cerca de 51-53%), mas apresentou um aumento abrupto em 2022, chegando a 63%, antes de recuar para 49,7% em 2023. Esse pico pode indicar um impacto conjuntural, possivelmente ligado à pandemia ou à desaceleração econômica local, seguido de uma retomada que conseguiu reduzir os níveis de pobreza no ano seguinte (Gráfico 1).



No estado do Pará como um todo, a trajetória foi semelhante à da RI, porém em um patamar inferior. A taxa oscilou levemente entre 2019 e 2021, ficando entre 40% e 42%, mas também registrou um salto para 59% em 2022, com queda para 43,8% em 2023. Esse comportamento indica que os efeitos adversos de 2022 tiveram alcance estadual, mas a recuperação no ano seguinte contribuiu para melhorar os indicadores em todas as escalas (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O município de Senador José Porfírio apresentou forte aumento no percentual de despesas com serviços essenciais de 2019 para 2020, saindo de 67% para 76,3%, atingindo o pico de 77% em 2021. A partir de 2022, houve uma redução para 69,3%, seguida de uma leve recuperação para 70,1% em 2023. Apesar da queda após 2021, os percentuais de 2022 e 2023 permanecem acima do patamar de 2019, o que sugere maior esforço na manutenção de políticas públicas

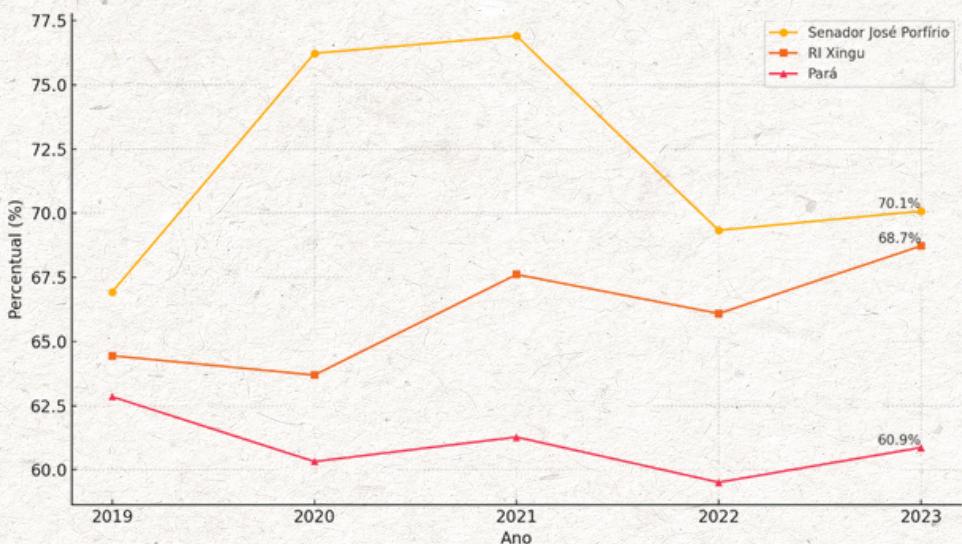
prioritárias (Gráfico 2).

Na RI Xingu, o comportamento foi semelhante, embora mais moderado. O índice partiu de 64,5% em 2019, teve leve queda em 2020, e então cresceu para 67,7% em 2021. Houve um recuo em 2022, seguido de nova elevação em 2023, quando o indicador atingiu 68,7%. A tendência geral é de crescimento ao longo do período, com oscilações que refletem ajustes orçamentários ou priorizações momentâneas (Gráfico 2).

Já o estado do Pará manteve os percentuais mais baixos ao longo dos cinco anos, partindo de 62,5% em 2019 e encerrando 2023 com 60,9%, após oscilações que não ultrapassaram os 61,5%. O comportamento praticamente estável e ligeiramente descendente pode indicar menor capacidade de ampliação dos gastos essenciais ou limitação fiscal, o que contrasta com o movimento de crescimento nas outras duas escalas territoriais analisadas (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Senador José Porfírio, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou variações significativas ao longo do período. Em 2019, o índice era de 7,5%, caiu para 6,6% em 2020, mas subiu de forma expressiva nos dois anos seguintes, atingindo o pico de 9,9% em 2022. Em 2023, no entanto, houve uma queda abrupta para 6%, a menor taxa da série. Essa oscilação sugere possíveis variações na qualidade do pré-natal, na cobertura da atenção básica e nas condições socioeconômicas locais (Gráfico 3).

Na Região de Integração (RI) Xingu, o comportamento foi mais estável, iniciando em 6,1% em 2019 e chegando a 7,2% em 2023. O aumento ao

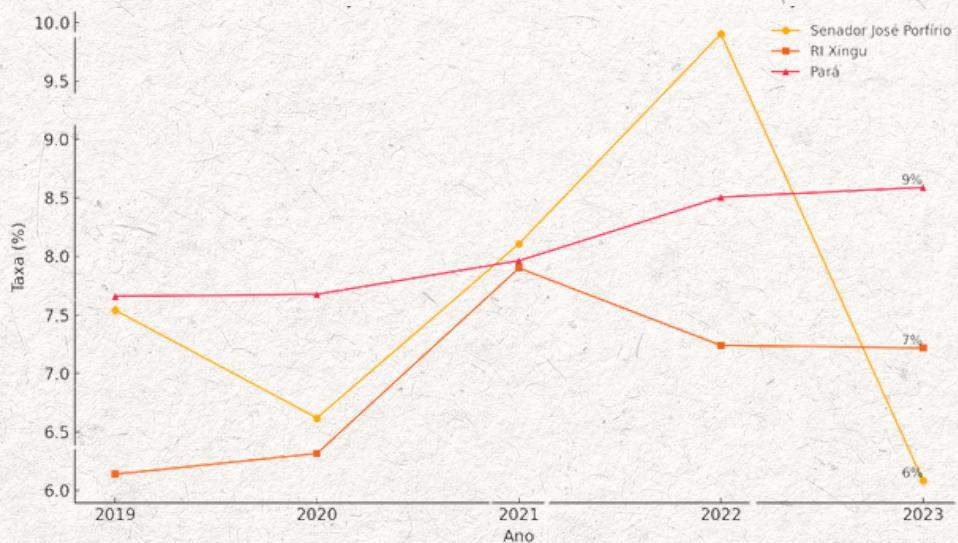
longo do tempo foi gradual, com leve aceleração entre 2020 e 2021, seguida de estabilidade nos dois anos finais. A ausência de picos abruptos, como observado no município, pode indicar maior homogeneidade no acesso e na qualidade dos serviços de saúde da região, ainda que o índice final de 2023 permaneça acima do nível de 2019 (Gráfico 3).

No estado do Pará, observa-se uma tendência de crescimento contínuo do indicador, partindo de 7,6% em 2019 para 9% em 2023. O dado mostra que o problema do baixo peso ao nascer é estrutural e vem se agravando em termos estaduais. A elevação constante pode estar associada a múltiplos fatores,

como aumento de gestações de risco, desigualdade no acesso a serviços de saúde de qualidade e fatores nutricionais e ambientais que impactam negativamente o desenvolvimento fetal (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

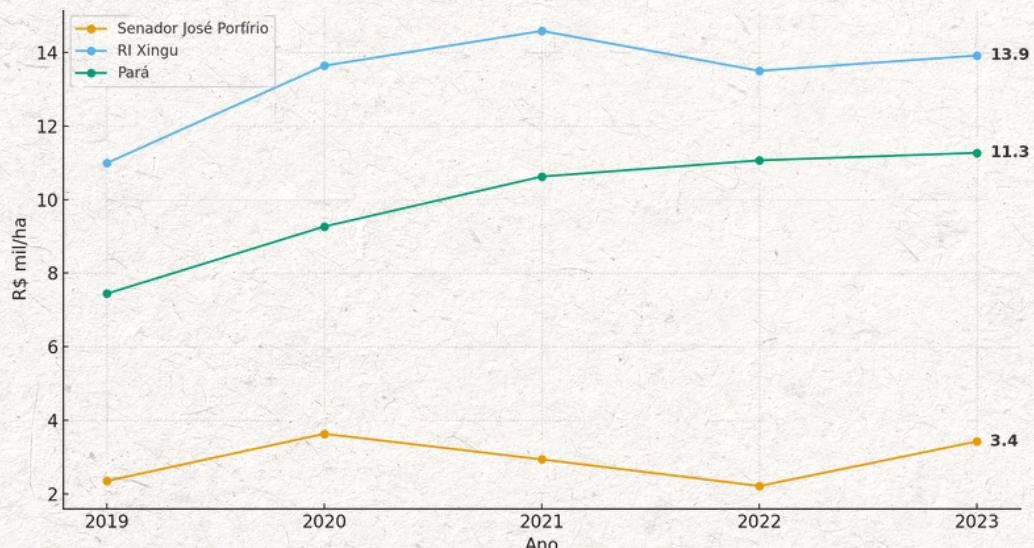


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Entre 2019 e 2023, o município de Senador José Porfírio apresentou baixa produtividade agrícola, mantendo-se em patamares inferiores aos regionais e estaduais. Em 2019, o valor foi de R\$ 2,3 mil/hectare e subiu para R\$ 3,6 mil/ha em 2020, sinalizando um breve avanço. Contudo, o indicador voltou a cair nos anos seguintes, atingindo R\$ 2,9 mil/ha em 2021 e R\$ 2,1 mil/ha em 2022, o menor ponto da série. Em 2023, houve leve recuperação para R\$ 3,4 mil/ha, mas o resultado permaneceu distante das médias do Xingu e do Pará, revelando dificuldades estruturais e tecnológicas na base produtiva local (Gráfico 4).

A Região de Integração Xingu iniciou o período com R\$ 11,0 mil/hectare e encerrou em R\$ 13,9 mil/ha, enquanto o estado do Pará evoluiu de R\$ 7,4 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha. A comparação evidencia um descompasso expressivo entre Senador José Porfírio e o restante da região, sugerindo limitações em infraestrutura, acesso a insumos e mecanização agrícola. Embora o município tenha apresentado sinais de recuperação em 2023, os valores ainda indicam baixa competitividade. A superação desse cenário requer investimentos em assistência técnica, inovação e práticas de manejo mais eficientes para elevar a produtividade local (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 3,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

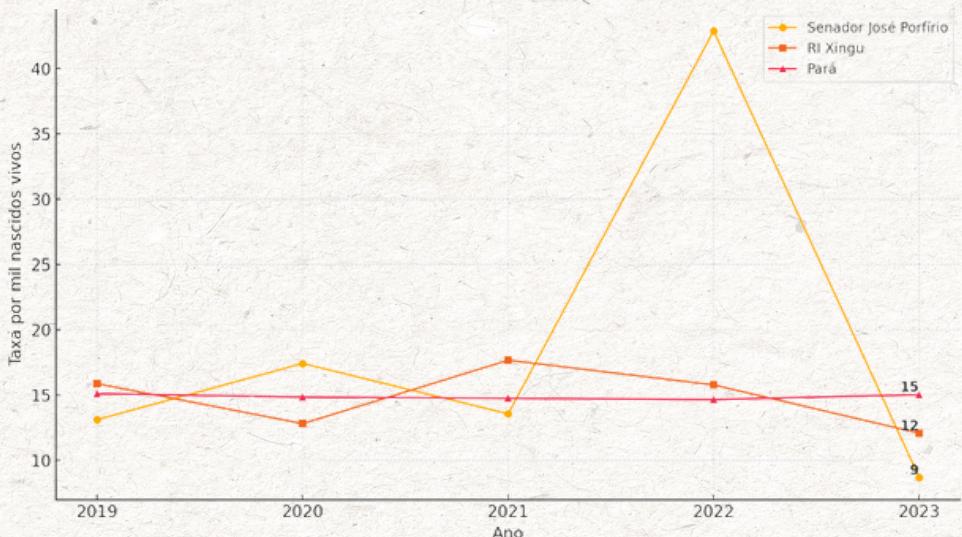
No município de Senador José Porfírio, a taxa de mortalidade infantil apresentou fortes oscilações ao longo do período analisado. O indicador iniciou em 13 por mil nascidos vivos em 2019, subiu para 17,6 em 2020, caiu para 13,9 em 2021 e então disparou drasticamente para 42,9 em 2022 – um pico extremamente elevado que indica possível crise local na atenção à saúde materno-infantil. Em 2023, houve uma redução acentuada para 9,2, sugerindo uma rápida resposta ou correção de falhas estruturais, embora a instabilidade geral aponte para vulnerabilidades no sistema de saúde local (Gráfico 5).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento foi menos volátil, embora também com oscilações relevantes. A taxa partiu de 15,9 em 2019, caiu para 13,1 em 2020, subiu para 17,7 em 2021 e foi decrescendo até chegar a 12,4 em 2023. Apesar das variações, os níveis mantiveram-se dentro de um intervalo mais estreito e sem picos extremos, sugerindo maior consistência nos serviços de saúde infantil na escala regional em comparação ao município (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 9 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

No município de Senador José Porfírio, o número de médicos por 10 mil habitantes apresentou trajetória ascendente entre 2019 (4,3) e 2021 (6,3), acompanhando uma possível ampliação dos serviços de atenção básica. No entanto, em 2022 houve um colapso nesse indicador, com a taxa caindo bruscamente para 1,6, e uma leve recuperação em 2023 (2,0). Essa queda abrupta pode estar relacionada à saída de profissionais, dificuldade de fixação médica ou encerramento de contratos vinculados a programas federa-

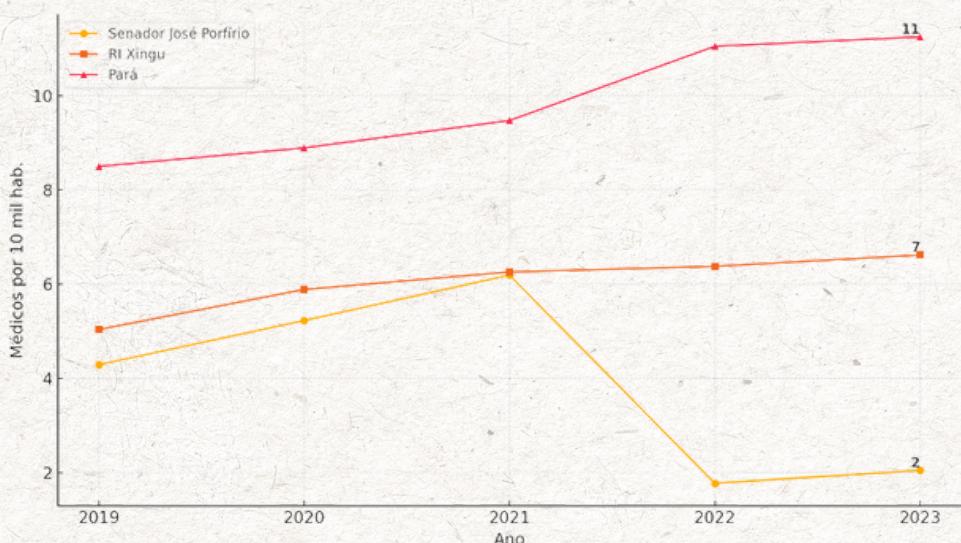
is (Gráfico 6).

Na RI Xingu, a evolução do indicador foi mais linear e positiva. Em 2019, a taxa era de 5,0 e cresceu progressivamente até alcançar 6,8 médicos por 10 mil habitantes em 2023. Esse crescimento constante, embora modesto, sugere um fortalecimento contínuo da estrutura de saúde na região, o que pode contribuir para a maior estabilidade de outros indicadores de saúde, como a própria taxa de mortalidade infantil (Gráfico 6).



O estado do Pará, por sua vez, apresentou a maior densidade médica dentre os três recortes, crescendo de 8,5 em 2019 para 11 em 2023. Essa tendência aponta para uma ampliação significativa do número de médicos, que pode estar ligada a políticas públicas estaduais de incentivo à interiorização de profissionais, expansão da formação médica ou contratação via concursos. Esse avanço é relevante para o fortalecimento da atenção primária, vigilância em saúde e acesso a cuidados especializados (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

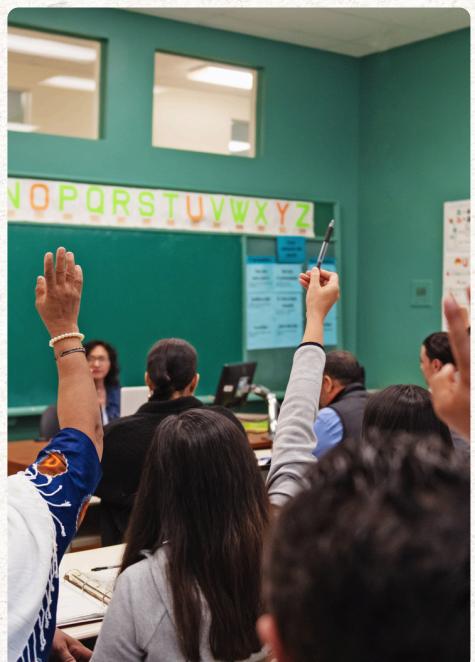
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

No município de Senador José Porfírio, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou uma trajetória inicialmente crescente, subindo de aproximadamente 550 em 2019 para cerca de 570 em 2021. No entanto, a partir de 2022, houve uma queda brusca, com o indicador caindo para cerca de 290 e, em 2023, para apenas 257 vagas por mil habitantes. Essa redução expressiva pode refletir fechamento de turmas ou escolas, diminuição da população escolar ou restrições orçamentárias na manutenção da rede de ensino local (Gráfico 7).

Na Região de Integração (RI) Xingu, o indicador manteve relativa estabilidade entre 2019 e 2022, oscilando levemente

em torno de 270 vagas por mil habitantes. Apenas em 2023 é que se observa uma queda mais significativa, chegando a 246 vagas, o que pode indicar reflexo de políticas educacionais de ajuste ou reorganização da oferta educacional na região. Ainda assim, o nível permaneceu acima do observado para o estado, refletindo uma oferta regional mais robusta em termos proporcionais (Gráfico 7).

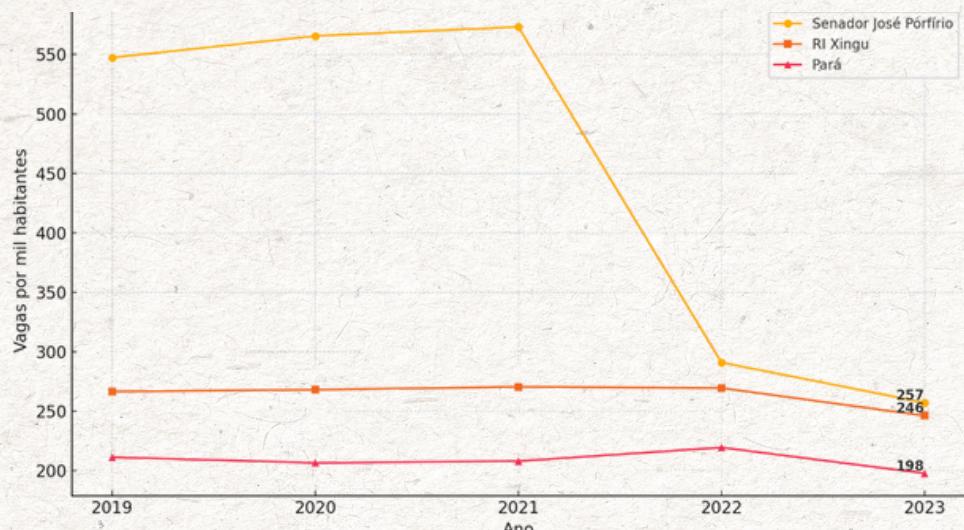
O estado do Pará apresentou valores menores e mais estáveis ao longo do período. Partindo de cerca de 210 vagas por mil habitantes em 2019, o indicador manteve-se próximo a esse patamar até 2022, com uma leve queda para 198 em 2023. O compor-



tamento estável sugere continuidade na estrutura da rede pública, mas o nível mais baixo em comparação às demais escalas revela um desafio estadual na ampliação do acesso educacional, sobretudo em áreas mais populosas e urbanizadas (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 257 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Senador José Porfírio, observou-se uma evolução notável no percentual de escolas com acesso à internet. O índice, que era de apenas 6% em 2019, aumentou para 19% em 2020 e deu um salto significativo para 44% em 2021. A tendência de crescimento se manteve nos anos seguintes, atingindo 54% em 2022 e culminando em 75% em 2023. Essa melhora substancial pode estar relacionada a investimentos federais e estaduais em conectividade escolar, especialmente impulsionados pelas demandas do ensino remoto durante e após a pandemia (Gráfico 8).

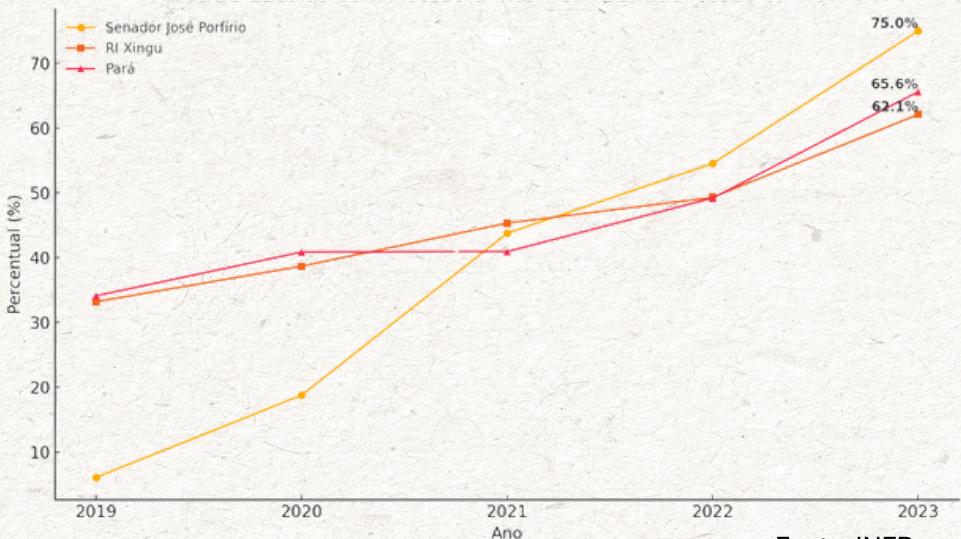
Na RI Xingu, o crescimento também foi progressivo, embora menos acelerado. O percentual de escolas conectadas passou de 33% em 2019 para 62,1% em 2023. O avanço constante indica uma política regional eficiente de expansão da infraestrutura digital escolar, contribuindo para o aumento da equidade no acesso a recursos pedagógicos e tecnológicos. Essa melhoria é relevante para reduzir desigualdades territoriais em relação à qualidade do ensino (Gráfico 8).

No estado do Pará, o comportamento foi semelhante ao da RI Xingu, com avanço

contínuo do indicador ao longo dos cinco anos. De 34% em 2019, o percentual subiu para 65,6% em 2023. Esse crescimento reflete uma política estadual de modernização da rede pública de ensino e, possivelmente, ações coordenadas com os municípios para garantir infraestrutura mínima às escolas. Ainda que o patamar final esteja abaixo do de Senador José Porfírio, a tendência positiva é um indicativo de avanços importantes no processo de digitalização da educação no Pará (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



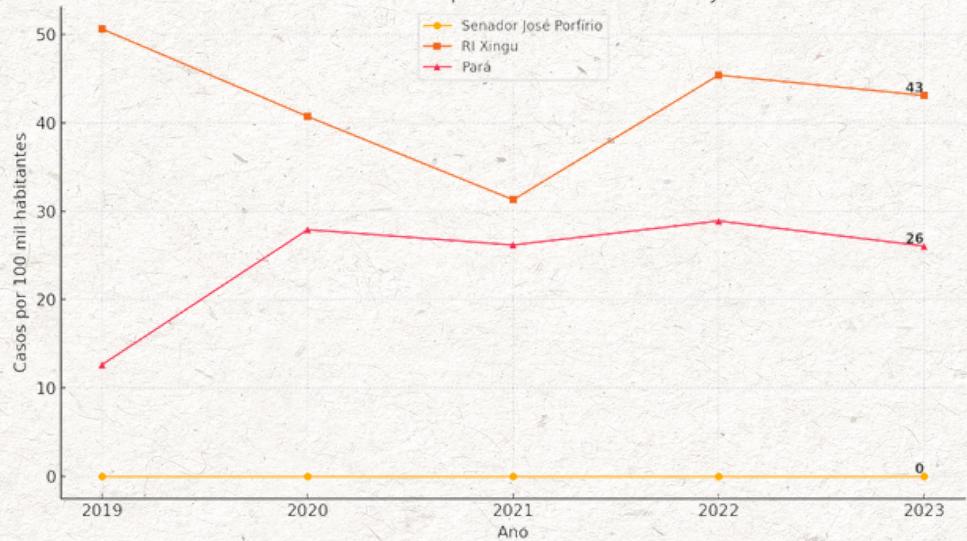
No município de Senador José Porfírio, os dados reportados indicam ausência de registros ou subnotificação completa entre 2019 e 2023, com a linha do gráfico mantendo-se constantemente em zero. Essa ausência não deve ser interpretada como inexistência do problema, mas sim como possível falha na notificação, baixa procura por serviços de denúncia ou deficiência na rede de apoio institucional. A ausência de dados compromete o diagnóstico real da violência doméstica local e aponta para a necessidade de fortalecer canais de denúncia e estatística (Gráfico 9).



Na Região de Integração Xingu, a taxa iniciou em um patamar elevado de 50,6 casos por 100 mil habitantes em 2019, mas apresentou queda significativa até 2021 (31,4), voltando a subir em 2022 (45,4) e encerrando 2023 em 43 casos. Essa oscilação demonstra que, apesar de ações pontuais, o problema persiste de forma preocupante, com variações que sugerem impacto de políticas públicas variáveis, mudanças nos canais de denúncia ou na atuação das forças de segurança e saúde (Gráfico 9).

No estado do Pará, o comportamento foi mais estável e crescente até 2022, partindo de 13 casos em 2019 e atingindo 28,8 em 2022, com leve queda para 26,2 em 2023. Essa trajetória sugere aumento da visibilidade e/ou da notificação de casos, possivelmente associado à maior conscientização, à ampliação da rede de proteção ou à melhora nos mecanismos de registro. Ainda assim, o patamar estadual permanece inferior ao da RI Xingu, reforçando a desigualdade territorial na incidência e no enfrentamento da violência contra a mulher (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

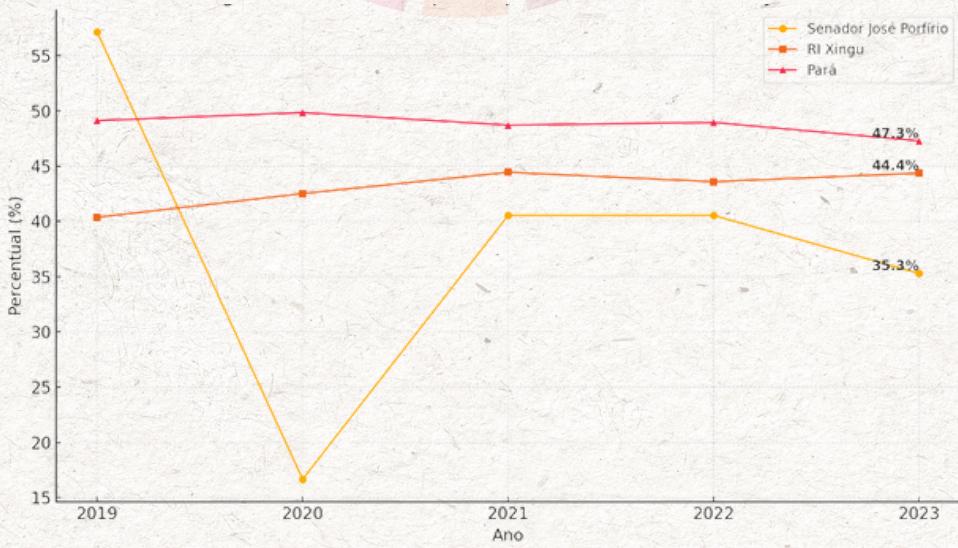
O percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres em Senador José Porfírio apresentou grande volatilidade entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava 56,9%, um valor significativamente elevado. No entanto, em 2020 houve forte retração, com o indicador caindo para apenas 16,6%. A partir de 2021, observou-se uma recuperação, atingindo 40,7% e mantendo-se estável em 2022, com 40,5%. Em 2023, o percentual voltou a cair, ficando em 35,3%, o que indica uma tendência de instabilidade e possível fragilidade estrutural na permanência de mulheres em cargos de liderança no município (Gráfico 10).





Na Região de Integração do Xingu, o indicador foi mais estável e apresentou crescimento moderado. Em 2019, o percentual era de 40,4%, subindo para 42,5% em 2020 e alcançando 44,3% em 2021. Em 2022, houve uma leve queda para 43,5%, seguida de uma nova alta em 2023, quando o percentual chegou a 44,4%. Já no estado do Pará, a participação feminina em cargos gerenciais se manteve em patamar elevado durante todo o período. Em 2019, o índice era de 48,9%, atingindo o pico de 49,7% em 2020. Nos anos seguintes, o percentual oscilou levemente e encerrou 2023 em 47,3%, mantendo-se acima dos demais níveis territoriais analisados (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

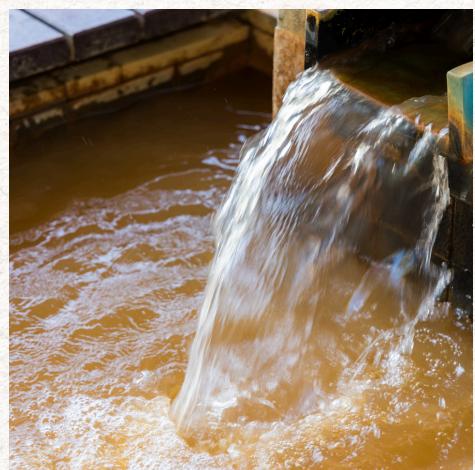
O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Senador José Porfírio, observa-se um cenário de baixa cobertura de esgoto para a população de baixa renda ao longo do período. O indicador partiu de 0,6% em 2019, manteve-se quase inalterado até 2021, e apresentou um salto em 2022, atingindo 5,8%, com leve queda para 5,1% em 2023. Apesar da melhora recente, o índice ainda revela grande exclusão sanitária entre os mais vulneráveis, sugerindo avanços pontuais e limitados na infraestrutura de coleta de esgoto no município (Gráfico 11).



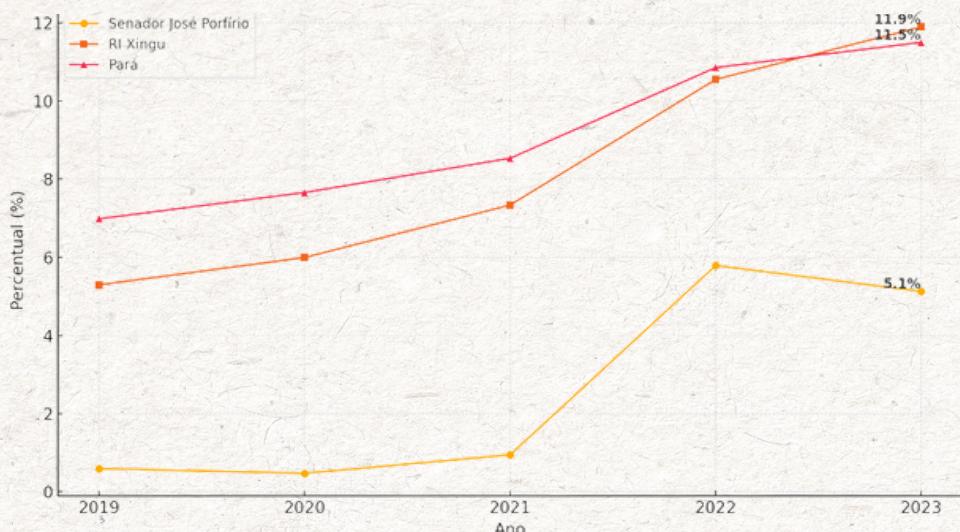
Na Região de Integração Xingu, o indicador mostrou uma evolução mais consistente e robusta. Partiu de 5,3% em 2019, com crescimento gradual até 2021, seguido de uma expansão mais acelerada em 2022, alcançando 10,5%, e encerrando 2023 em 11,9%. A tendência positiva aponta para ações mais contínuas de investimento ou expansão dos serviços de esgotamento sanitário voltadas especificamente à população em situação de vulnerabilidade, o que contribui

para reduzir desigualdades sociais e de saúde pública (Gráfico 11). O estado do Pará também apresentou evolução nesse indicador, ainda que em patamar mais moderado. O percentual passou de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, evidenciando um avanço estrutural na cobertura de esgoto entre a população de baixa renda. Apesar da melhora, os níveis permanecem baixos em termos absolutos, o que indica que, em escala estadual, ainda há grandes desafios para uni-

versalizar o saneamento entre os grupos mais vulneráveis (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Senador José Porfírio, o gasto per capita com saneamento apresentou grande volatilidade. Em 2019, o município investia R\$ 18 por habitante, valor que saltou para R\$ 71 em 2020 – o maior da série. A partir de então, houve uma queda acentuada nos anos seguintes, atingindo apenas R\$ 9 em 2023. Essa oscilação brusca sugere uma alocação orçamentária instável, possivelmente associada a projetos pontuais, descontinuidade de políticas públicas ou restrições fiscais nos anos mais recentes (Gráfico 12).

Na RI Xingu, o padrão foi mais linear e consistente. Os valores oscilaram entre R\$ 28 e R\$ 32 de 2019 a 2021, subindo significativamente em

2022 para R\$ 51 e mantendo-se em R\$ 49 em 2023. Essa trajetória revela uma tendência de fortalecimento da capacidade regional de investimento em saneamento, o que está em sintonia com o avanço simultâneo na cobertura da coleta de esgoto entre a população de baixa renda, indicando uma possível correlação entre os dois indicadores (Gráfico 12).

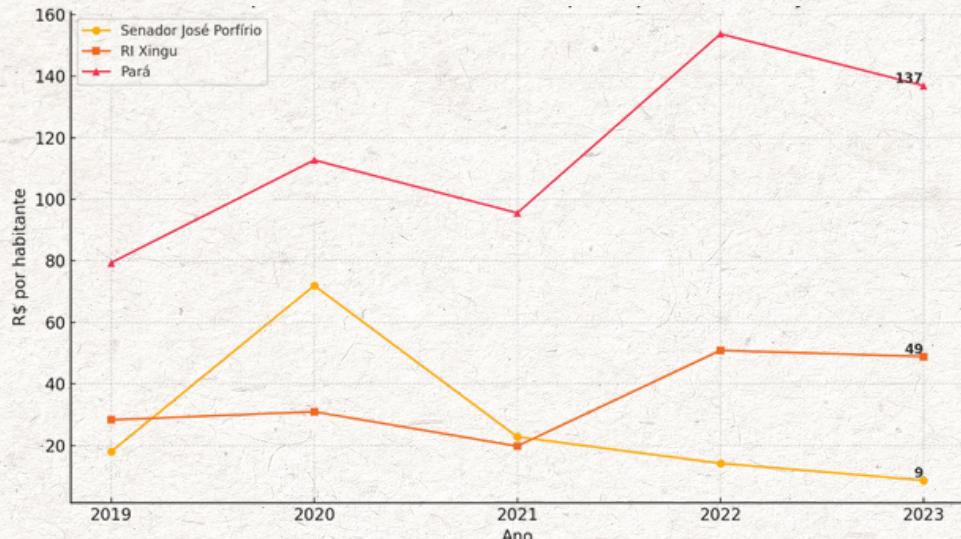
O estado do Pará apresentou os maiores valores per capita entre os três níveis analisados, com crescimento expressivo ao longo do período. O gasto saltou de R\$ 79 em 2019 para R\$ 113 em 2020, atingindo um pico de R\$ 153 em 2022, e reduzindo-se ligeiramente para R\$ 137 em 2023. Esse aumen-

to consistente revela um esforço estadual significativo em ampliar o financiamento para o setor de saneamento, possivelmente com apoio de transferências federais ou financiamento externo, o que pode refletir em melhorias estruturais mais amplas na rede de serviços essenciais (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.



O município de Senador José Porfírio apresenta um comportamento marcadamente volátil. Entre 2019 e 2020 houve um crescimento discreto (cerca de 2%), sinalizando estabilidade no patamar de 850-880 kWh/hab. Em 2021, contudo, observa-se um salto expressivo para aproximadamente 1 080 kWh/hab., possivelmente associado à retomada de atividades pós-pandemia ou à ligação de novos consumidores à rede. Esse ganho, porém, não se sustentou: em 2022 o consumo despencou quase 50%, alcançando cerca de 560 kWh/hab., e ensaiou



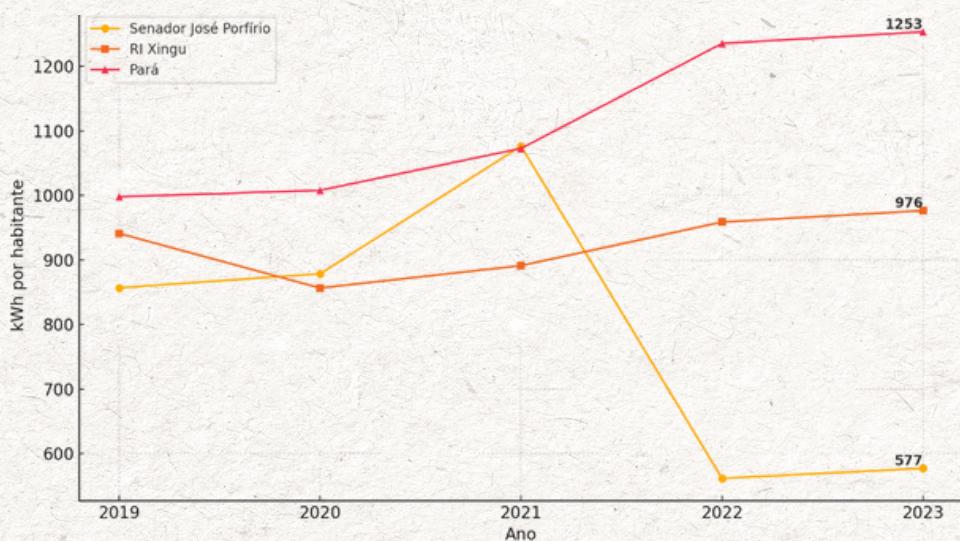
leve recuperação em 2023 (≈ 580 kWh/hab.). O resultado é um balanço final negativo no quinquênio, com o indicador abaixo do nível inicial e forte sinal de instabilidade estrutural no acesso ou uso da energia (Gráfico 13).

Na Região de Integração Xingu, o percurso é bem mais suave. Depois de um recuo de 9% em 2020 (de ~ 940 para ~ 860 kWh/hab.), o consumo retomou trajetória ascendente: 890 kWh/hab. em 2021, 960 kWh/hab. em 2022 e 976 kWh/hab. em 2023. O avanço líquido de cerca de 4% ante 2019 sugere resiliência da demanda regional, provavelmente sustentada pela recuperação econômica gradual e pela expansão de infraestrutura elétrica, mas sem os choques bruscos observados no município

(Gráfico 13).

No estado do Pará o indicador exibe crescimento quase linear. A pequena elevação de 2019 para 2020 (de $\sim 1\ 000$ para $\sim 1\ 010$ kWh/hab.) cedeu lugar a ganhos acelerados: $\sim 1\ 080$ kWh/hab. em 2021, 1 230 kWh/hab. em 2022 e 1 253 kWh/hab. em 2023, resultando em acréscimo de cerca de 25% no período. O padrão indica consolidação do consumo residencial e produtivo, possivelmente impulsionado por maior eletrificação de áreas rurais, dinamismo industrial e melhoria na renda média, com a série estadual funcionando como referência de estabilidade para comparação com os recortes subnacionais (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 577 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Senador José Porfírio, a proporção de lares de baixa renda que ainda dependem de querosene, vela ou outras fontes fósseis começou em torno de 12,9% em 2019 e até aumentou levemente em 2020. A partir de 2021 inicia-se queda acentuada: de 13,1% para 11,1%, chegando a 7,7% em 2022 e 6,4% em 2023. No total, a redução supera 50% no quinquênio, sinalizando avanço robusto na universalização da eletricidade ou em programas de troca de matriz luminosa, embora o município ainda apresente valores bem superiores aos patamares estadual e regional (Gráfico 14).



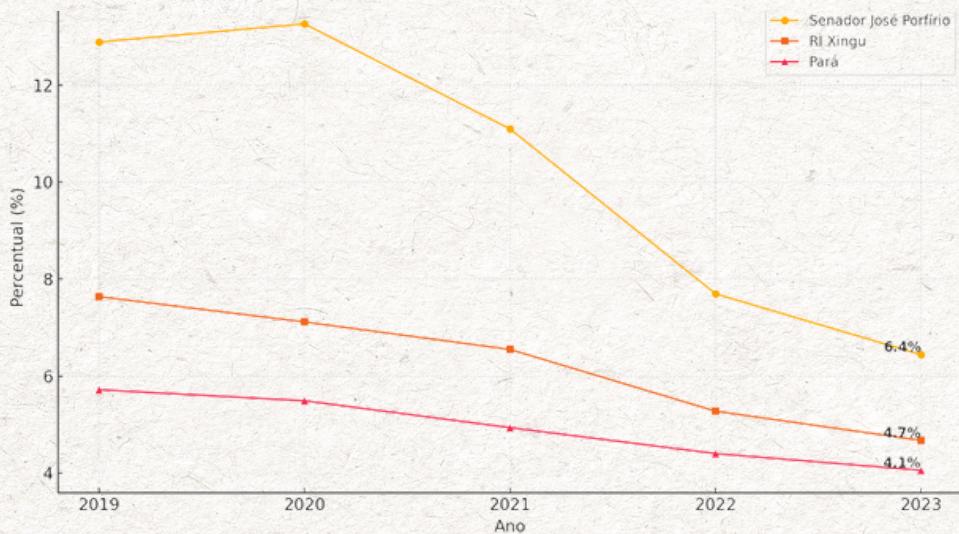
Na RI Xingu o movimento descendente ocorre de forma contínua e mais suave: 7,6% (2019) → 4,7% (2023). A queda de cerca de 38% indica êxito progressivo das políticas de acesso à energia, com ritmo suficiente para reduzir quase dois pontos percentuais apenas entre 2021 e 2023, aproximando-se gradualmente da média paraense (Gráfico 14).

O estado do Pará parte de um patamar mais baixo e vai avançando passo a passo: 5,7% em 2019, 5,5% em 2020, 5%

em 2021, 4,4% em 2022, chegando a 4,1% em 2023. A melhora de aproximadamente 28% reflete uma tendência consistente, porém menos acelerada que a observada nos recortes menores, o que pode denotar capilaridade desigual das ações em regiões específicas. Ainda assim, o Estado consolida um patamar de referência inferior a 5%, evidenciando que a incidência de iluminação fóssil entre famílias vulneráveis está em franca retração em todo o território paraense (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2020, o indicador de empregos formais por mil habitantes recuou ligeiramente em todos os recortes, refletindo o impacto inicial da pandemia sobre o mercado de trabalho. No município de Senador José Porfírio, a queda foi de cerca de 12% (de 55 para 48 vínculos formais por mil habitantes), reforçando a vulnerabilidade de economias locais fortemente dependentes de poucos setores produtivos. A Região de Integração (RI) Xingu também sofreu retração, mas muito mais branda (-4%, de 77 para 74), enquanto o estado do Pará permaneceu praticamente estável, sustentando-se em torno de 124 empregos formais por mil habitantes (Gráfico 15).

O ano de 2021 marca uma divergência pronunciada entre as escalas territoriais. Impulsionado por contratações pontuais—possivelmente ligadas a obras públicas e ativida-

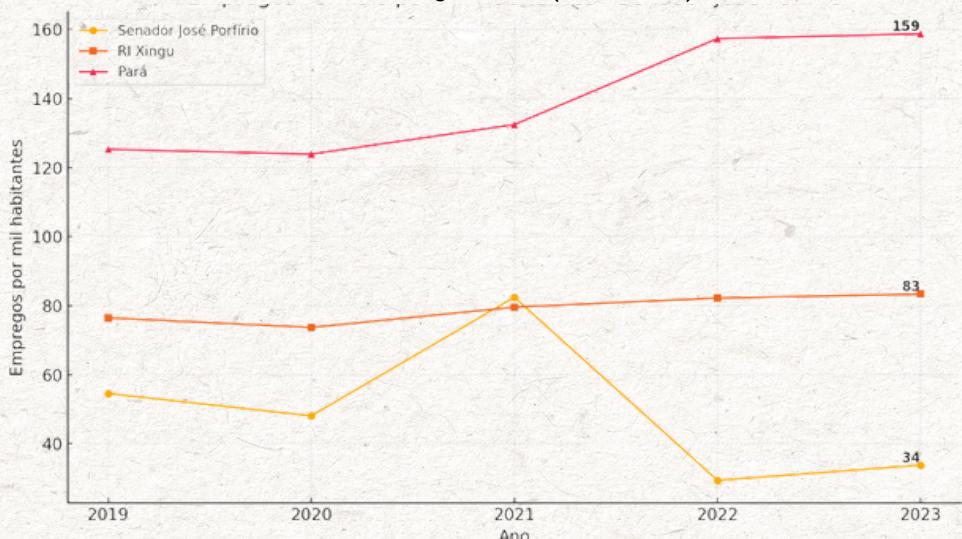
des extrativistas—Senador José Porfírio registrou forte avanço, saltando para 81 empregos formais por mil habitantes e superando, pela primeira vez na série, a média da própria RI Xingu (80). Já o estado do Pará entrou em trajetória ascendente mais moderada, atingindo 132. Esse quadro sugere que os estímulos econômicos pós-pandemia tiveram alcance heterogêneo, beneficiando de forma concentrada determinados municípios enquanto mantinham o ritmo gradativo de recuperação no agregado estadual (Gráfico 15).

Contudo, a retomada municipal mostrou-se insustentável: em 2022 o indicador em Senador José Porfírio despencou para 29—queda de quase 65%—e, embora haja leve recuperação em 2023 (34), o

Empregos Formais por Mil Habitantes



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



dependência de atividades voláteis ou conclusão de grandes projetos, evidenciando a vulnerabilidade da base produtiva municipal a choques setoriais (Gráfico 16).

Na Região de Integração Xingu, a trajetória foi bem mais

estável. O PIB per capita permaneceu praticamente constante entre 2018 e 2020, em torno de R\$ 26,7 mil, e passou a crescer de forma moderada a partir de 2021, alcançando R\$ 31,6 mil em 2022. O ganho líquido de 18 % no quinquênio indica recuperação consistente após os impactos da pandemia, amparada por carteira produtiva mais diversificada que a do município, com destaque para as cadeias de energia, agronegócio e serviços especializados ligados à frente de expansão amazônica (Gráfico 16).

patamar final ainda fica 38% abaixo do nível de 2019. Em contraste, a RI Xingu consolidou crescimento contínuo, alcançando 83 empregos formais por mil habitantes em 2023 (+8% frente a 2019), e o Pará exibiu expansão robusta, atingindo 159 (+27% em relação a 2019). O resultado evidencia uma assimetria estrutural: enquanto o estado e a região reforçam paulatinamente sua capacidade de geração de postos formais, o município permanece sujeito a choques de curta duração, indicando necessidade de políticas locais voltadas à diversificação produtiva e à formalização permanente do trabalho (Gráfico 15).

No recorte municipal de Senador José Porfírio, o PIB per capita iniciou 2018 em torno de R\$ 11,5 mil e avançou de forma vigorosa até 2021, atingindo aproximadamente R\$ 21,7 mil – um aumento de quase 90 % em quatro anos, sinalizando forte dinamismo econômico possivelmente relacionado à exploração mineral e a investimentos pontuais em infraestrutura. Contudo, em 2022 o indicador sofreu brusca reversão, caindo para R\$ 11,7 mil, quase o mesmo patamar de 2018. Esse recuo de cerca de 46 % num único ano sugere



Para o estado do Pará observa-se aceleração contínua: de cerca de R\$ 19 mil em 2018 para R\$ 33,9 mil em 2022, avanço de 78 %. O crescimento se intensificou especialmente entre 2020 e 2022, refletindo preços internacionais favoráveis das commodities minerais e agrícolas, além da ampliação da logística de escoamento (portos e hidrovias). Comparativamente, o Estado ultrapassou a média regional em 2022, enquanto o município perdeu competitividade relativa; esse descolamento evidencia que o ciclo expansionista beneficiou o agregado estadual, mas não se consolidou de forma homogênea nos territórios de menor porte (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 11.734/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Em Senador José Porfírio, a participação da indústria na geração de riqueza é estruturalmente baixa e manteve tendência de leve declínio: partiu de aproximadamente 4,2% do PIB em 2018 e desceu gradualmente até 3,8% em 2022. A estabilidade em torno de 4% revela que o recente boom do PIB municipal (até 2021) foi puxado majoritariamente por outros setores – possivelmente serviços vinculados à mineração ou transferências governamentais –, enquanto a base industrial permaneceu incipiente, limitando efeitos multiplicadores de longo prazo (Gráfico 17).

Na RI Xingu o indicador mostra queda significativa: de 48% em 2018 para 33,3% em 2022. Essa redução de 15 pontos percentuais sugere processo de terciarização acelerado ou avanço de atividades extrativas e agropecuárias com menor transformação local, diminuindo o peso relativo das fábricas tradicionais. Ainda que o nível absoluto permaneça elevado em comparação ao Estado, a tendência descendente aponta para desafios na modernização do parque produtivo e na agregação de valor dentro da própria região (Gráfico 17).

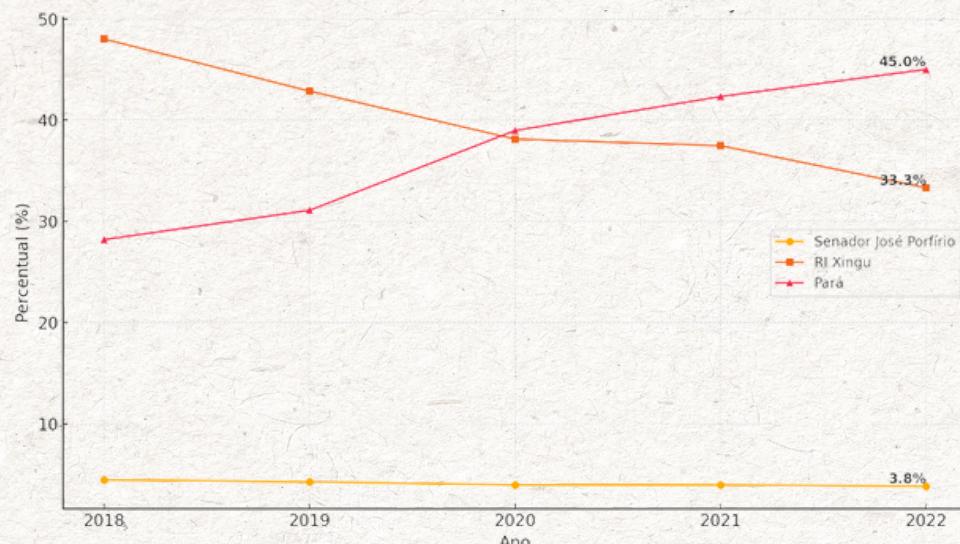
O movimento do Pará é o oposto: a participação indus-

trial sobe de 28% para 45% entre 2018 e 2022, crescendo 17 pontos percentuais e superando, em 2020, a média regional. Esse salto reflete expansão de indústrias de base mineral, alimentícia e de energia, além de novas plantas de beneficiamento instaladas em polos como Barcarena e Marabá. A trajetória ascendente, conjugada ao ganho de PIB per capita, denota fortalecimento do setor industrial como motor de crescimento estadual, ainda que coexistam assimetrias internas – como a estagnação industrial em Senador José Porfírio – que reforçam a necessidade de políticas diferenciadas de desenvolvimento produtivo nos municípios mais dependentes de atividades de baixo valor agregado (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O recorte municipal de Senador José Porfírio revela trajetória altamente volátil. O indicador parte de cerca de 11,7 profissionais da ciência por 100 mil habitantes em 2019, sofre leve retração em 2020, mas explode em 2021 para algo próximo de 18,5, possivelmente refletindo contratações pontuais ligadas a projetos de pesquisa mineral ou parcerias acadêmicas emergenciais durante a pandemia. Essa expansão, contudo, não se sustenta: em 2022 há colapso para ape-



nas 6,2 profissionais – queda de quase 67 % em um ano – com discreta recuperação para 6,5 em 2023. O resultado é um quinquênio que termina com densidade científica 44 % menor que a inicial, evidenciando forte dependência de iniciativas episódicas e ausência de massa crítica institucional estável (Gráfico 18).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento é menos dramático, mas igualmente sujeito a oscilações. A den-

sidade permaneceu virtualmente estagnada entre 2019 e 2020 (\approx 8,2 profissionais), saltou para 12,6 em 2021 – movimento que acompanha a escalada municipal, indicando efeitos difusos de investimentos em pesquisa e extensão –, mas recuou para 9,0 em 2022. Em 2023 observa-se leve retomada (9,8), configurando ganho líquido modesto de pouco mais de 19 % em relação a 2019. Esse padrão sugere que, embora existam ações regionais de fomento à ciência, elas ainda não consolidaram uma tendência de crescimento sustentado, ficando vulneráveis a flutuações orçamentárias e à conclusão de projetos pontuais (Gráfico 18).

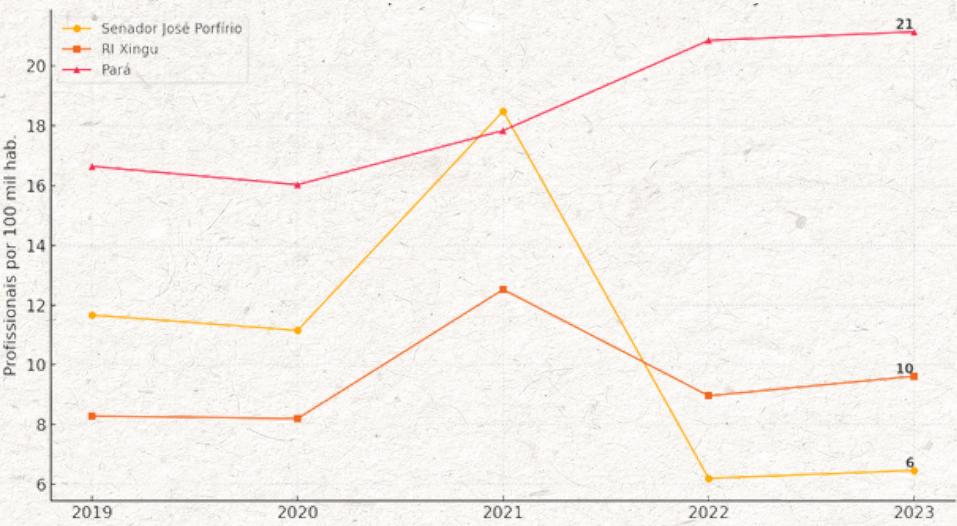
O estado do Pará apresenta a curva mais consistente e ascendente: pequena queda de 2019 para 2020 (de \sim 16,7 pa





ra ~16,0), seguida de expansão contínua até atingir 21 profissionais por 100 mil habitantes em 2023 – avanço de aproximadamente 26 % no período. Esse desempenho indica fortalecimento institucional do sistema estadual de ciência, tecnologia e inovação, possivelmente impulsionado por programas de interiorização de universidades, editais de fomento e atração de centros privados de P&D. O contraste com a queda acentuada no município ilustra a desigual capacidade de retenção de capital humano científico: o Estado consolida sua base, enquanto territórios menores, dependentes de ciclos extractivos, carecem de políticas estruturantes que assegurem permanência e expansão desses profissionais (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles

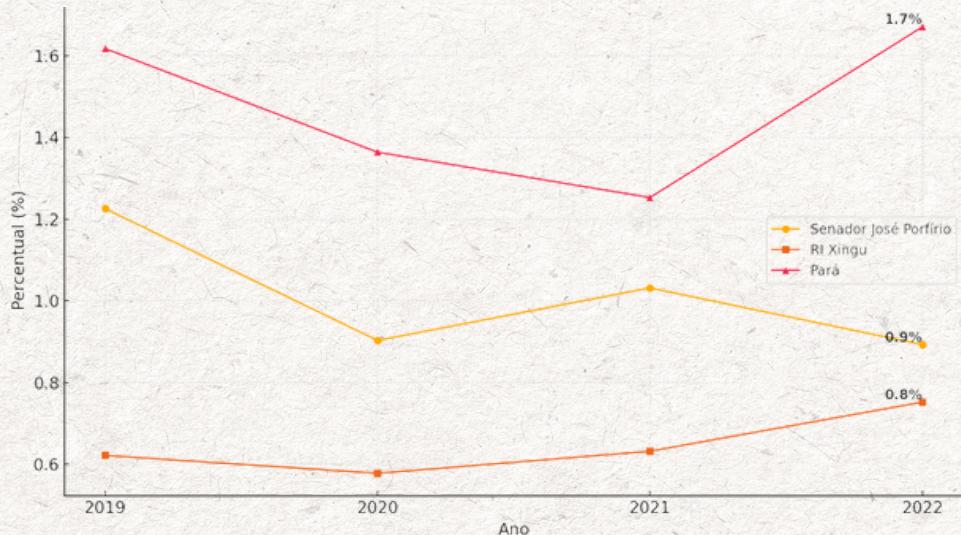




Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Senador José Porfírio, a massa salarial dos vínculos formais correspondia a cerca de 1,2 % do PIB em 2019, mas despencou para 0,9 % em 2020 com o choque pandêmico, evidenciando que a retração no emprego formal e/ou nos salários foi proporcionalmente maior que a queda do próprio PIB local. Em 2021 há leve recomposição para 1,0 %, sugerindo recontratações pontuais ou reajustes salariais pós-crise; contudo, o indicador volta a recuar em 2022 para 0,9 %. O saldo final é uma participação quase 30 % menor que a inicial, sinalizando perda de capacidade de a massa salarial acompanhar o valor adicionado municipal – possivelmente por predominarem atividades extractivas com reduzida folha de pagamento ou pela expansão de ocupações informais (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Na Região de Integração Xingu o padrão é inverso: partindo de 0,62 % do PIB em 2019, o indicador sofre pequena contração em 2020 (0,58 %), mas inicia recuperação sustentada – 0,63 % em 2021 e 0,78 % em 2022, superando em cerca de 25 % o nível pré-pandemia. Esse crescimento gradual sugere fortalecimento do mercado formal regional, talvez impulsionado por cadeias agroindustriais e de serviços logísticos que ampliaram contratações e elevaram salários médios, enquanto o PIB avançou em ritmo equivalente ou inferior. A melhoria contínua demonstra maior resiliência estrutural frente aos choques recentes e aponta para ganhos de distribuição de renda via emprego formal (Gráfico 19).

Para o estado do Pará observa-se movimento em “U”: a participação da massa sala-

rial inicia em 1,61 % do PIB em 2019, cai para 1,37 % em 2020 e atinge o piso de 1,25 % em 2021, refletindo o impacto combinado de retração econômica e ajuste nos postos de trabalho formais. Em 2022, porém, há forte inflexão para 1,69 %, ultrapassando até o valor de 2019. Essa recuperação indica expansão expressiva dos salários formais – possivelmente devido à retomada de grandes projetos de mineração, construção e serviços especializados – num contexto em que o PIB também cresceu, mas em proporção menor. O contraste com a tendência declinante do município evidencia disparidades intrarregionais: enquanto o agregado estadual distribui parcela maior de sua riqueza via folha formal, entes locais dependentes de setores menos intensivos em trabalho veem esse peso relativo diminuir (Gráfico 19).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O município de Senador José Porfírio parte de um patamar muito baixo de conectividade móvel (\approx 9 linhas por 100 habitantes em 2019) e ainda registra ligeira queda em 2020, refletindo cobertura restrita e possível evasão de usuários diante de planos caros ou serviço instável. Em 2021, contudo, o indicador salta para cerca de 80 linhas, avanço que sugere a instalação de novas antenas ou a entrada agressiva de operadoras com ofertas pré-pagas; o pico, porém, revela-se insustentável, pois a densidade cai pela metade em 2022 (\approx 41) e estabiliza em 40 em 2023. Apesar de o quinquênio terminar com acesso quadruplicado em relação a 2019, a forte volatilidade denuncia dependência de iniciativas pontuais e dificuldade de retenção dos assinantes (Gráfico 20).

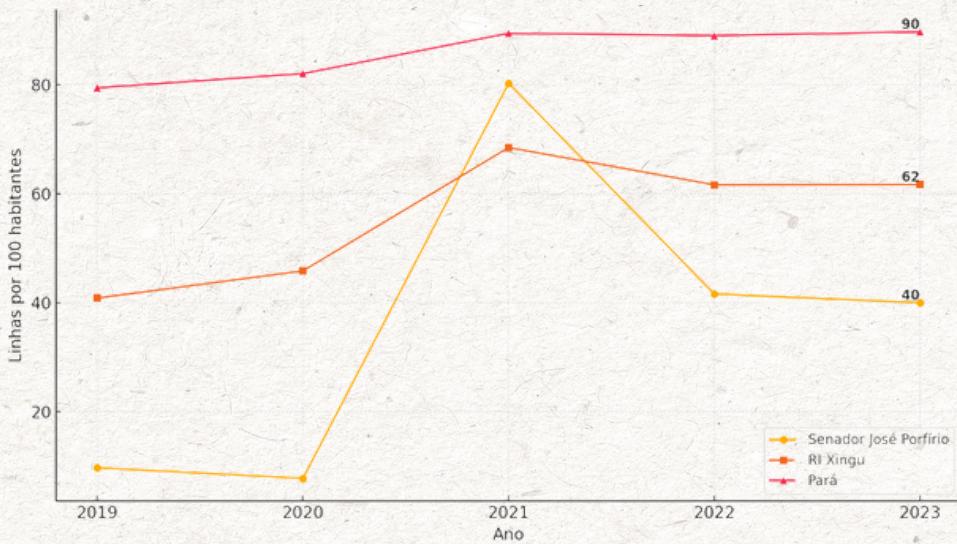
Na Região de Integração Xingu o comportamento é mais regular. O acesso sobe de 41 para 46 linhas entre 2019 e 2020, acelera em 2021 para 68 e depois recua suavemente, estabilizando-se em torno de 62 linhas por 100 habitantes em 2022-2023. A expansão líquida de cerca de 50 % no período indica que a infraestrutura móvel regional se adensou de forma relativamente contínua, provavelmente acompanhando a expansão urbana ao longo da rodovia Transamazônica e o aumento do poder aquisitivo, ainda que o ritmo tenha perdido fôlego após a reabertura pós-pandêmica (Gráfico 20).





O estado do Pará já exibe densidade elevada — perto de 80 linhas em 2019 — e mantém crescimento incremental: 82 em 2020, 88 em 2021, estabilizando em 90 em 2023. O avanço de 13 % é moderado, mas consistente, sinalizando que o mercado estadual caminha para saturação, com ganhos derivados sobretudo de múltiplos chips por usuário e expansão para áreas rurais menos povoadas. Comparado aos recortes inferiores, o Estado oferece referencial de estabilidade e cobertura ampla, enquanto o município evidencia fragilidade e a RI Xingu ocupa posição intermediária (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Senador José Porfírio o gasto inicia elevado (\approx R\$ 78/hab. em 2019) e ainda cresce ligeiramente em 2020, sinalizando prioridade municipal às agendas cultural e ambiental. A partir de 2021, contudo, há retração acentuada: queda para R\$ 65 e novo recuo a R\$ 49 em 2022, possivelmente devido à realocação de recursos para ações de saúde e assistência social durante a pandemia. O indicador reage em 2023, subindo para R\$ 65, mas encerra o quinquênio 17% abaixo do ponto de partida, sugerindo que a recuperação orçamentária ainda não compensou os

cortes aplicados no auge da crise (Gráfico 21).

Na RI Xingu observa-se trajetória ascendente. O montante sobe de R\$ 57 em 2019 para R\$ 66 em 2020, recua a R\$ 55 em 2021, mas dá um salto expressivo em 2022 para R\$ 76 e alcança R\$ 88 em 2023. Esse acréscimo de 54% no período aponta para fortalecimento de políticas culturais regionais e intensificação de projetos de gestão ambiental, possivelmente ligados a fundos vinculados ao desenvolvimento sustentável e à valorização do patrimônio socioambiental da Amazônia (Gráfico 21).

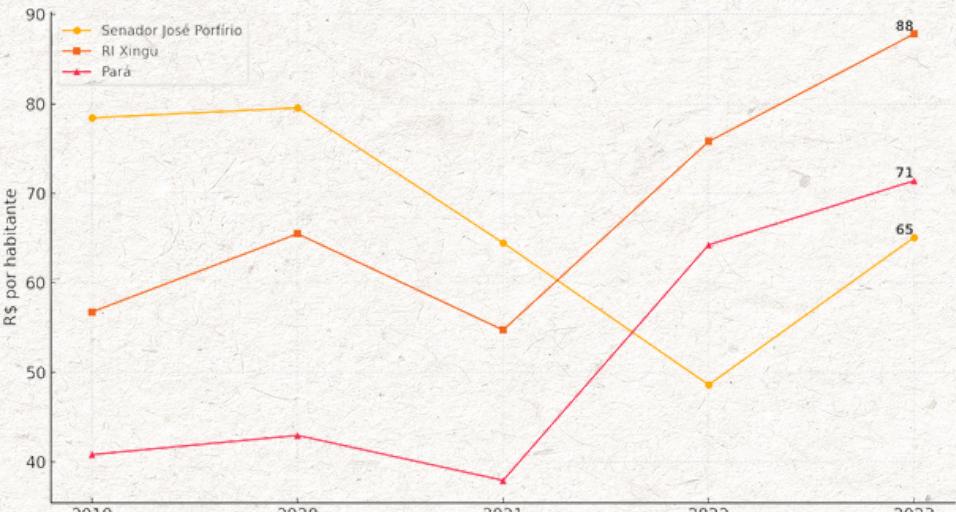
Para o estado do Pará, a série desenha curva em "J". Depois de leve avanço de R\$ 41 para R\$ 43 entre 2019 e 2020, o gasto cai a R\$ 37 em 2021, refletindo contingenciamento de despesas discricionárias. A partir de 2022, porém, ocorre forte reposicionamento: eleva-se a R\$ 64 e chega a R\$ 71 em 2023, resultando em alta de 73% sobre o valor inicial. A recomposição pode estar associada ao retorno de eventos culturais presenciais, ampliação de editais da Lei Rouanet e reforço de programas estaduais de preservação ambiental, sinalizando que, no pós-pandemia, cultura e meio



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)

ambiente voltaram ao radar prioritário das finanças públicas paraenses (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 65/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

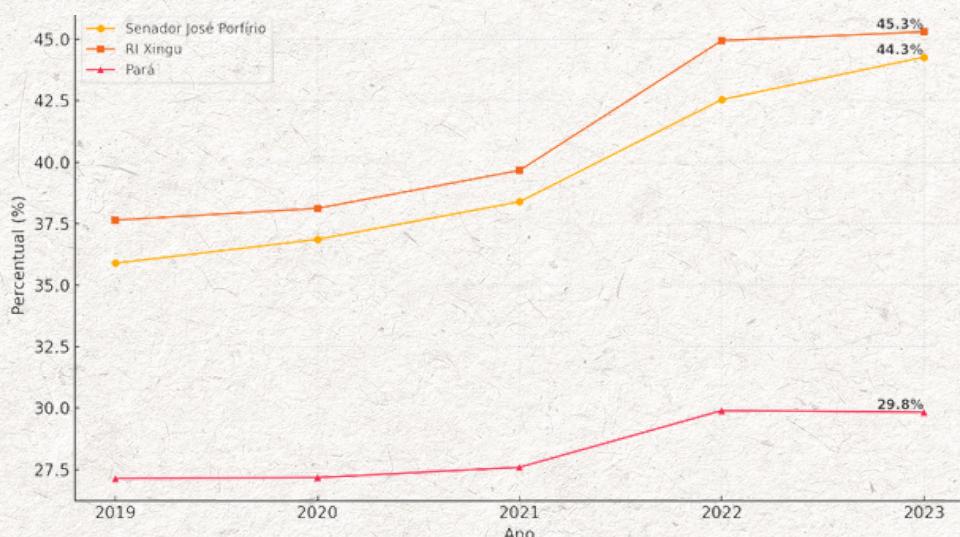
Entre 2019 e 2021, o município de Senador José Porfírio manteve tendência ascendente moderada: o percentual de famílias de baixa renda que recorrem à queima ou enterramento do lixo subiu de cerca de 36% para quase 39%. Esse avanço, ainda que gradual, denota deficiência estrutural na coleta municipal, sobretudo nas zonas mais periféricas, onde a expansão demográfica não foi acompanhada por serviços de limpeza urbana. O retrato regional era próximo: a RI Xingu elevou-se de 37,5% para quase 40%, enquanto o estado do Pará ficou relativamente estável, girando em torno de 27-28%, o que já revelava disparidades intrarregionais significativas (Gráfico 22).

A partir de 2022, a curva a-

centua-se de forma preocupante. No município, o indicador dá um salto para 42,5% e chega a 44,3% em 2023, ampliando em mais de oito pontos percentuais o contingente de lares vulneráveis sem destinação adequada de resíduos no quinquênio. A RI Xingu reproduz a ruptura: passa de 39,6% em 2021 para 45% em 2022-2023, ultrapassando o patamar municipal e indicando que a pressão se estende a outras cidades da região. Já o Pará sobe apenas para 29,8%, mantendo-se cerca de 15 pontos abaixo dos níveis local e regional, o que sugere que políticas estaduais de resíduos sólidos têm alcance desigual e não chegam com a mesma intensidade a territórios mais remotos (Gráfico 22).

Essa escalada evidencia que, no pós-pandemia, programas de coleta seletiva ou de ampliação do serviço regular não acompanharam o crescimento das áreas de baixa renda. Elementos como expansão de assentamentos informais, redução de transferências intergovernamentais para limpeza urbana e aumento de custos operacionais podem ter contribuído. O contraste com o comportamento relativamente contido da média estadual indica necessidade de ações focalizadas – consórcios intermunicipais, fortalecimento de cooperativas de catadores e subsídios para transporte de resíduos – para frear práticas insalubres que agravam riscos sanitários e ambientais nos bolsões de pobreza da RI Xingu e, em especial, de Senador José Porfírio (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



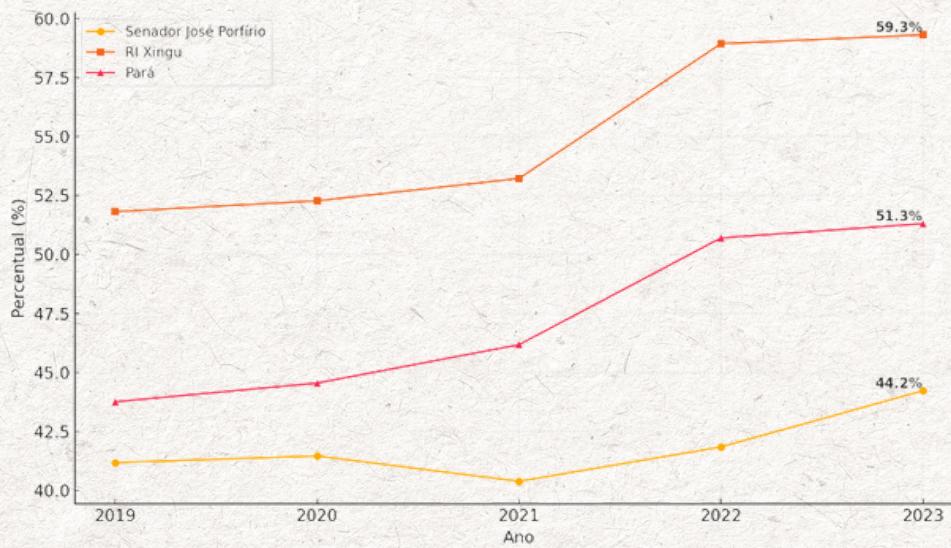
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O acesso a saneamento baseado em fossas rudimentares já começava elevado em Senador José Porfírio ($\approx 41\%$ em 2019) e manteve-se praticamente estável até 2021, quando chegou a 40,4%. Esse ligeiro recuo sugere iniciativas pontuais de melhoria sanitária — instalação de fossas sépticas ou ligações a rede —, mas sem escala suficiente para alterar o quadro estrutural. Na RI Xingu, o percentual rondava 52-53% até 2021, reforçando a condição regional de baixa cobertura de esgotamento; o Pará, por sua vez, avançava lentamente de 43,8% para 46,2%, sinalizando que, mesmo na média estatal, mais de quatro em cada dez domicílios de baixa renda dependiam de soluções precárias (Gráfico 23).

O biênio 2022-2023 inverte a tímida tendência de melhora. O município volta a subir para 41,7% em 2022 e alcança 44,2% em 2023, anulando os pequenos ganhos anteriores. A escalada é ainda mais aguda na RI Xingu, que salta de 53,1% para 59,3% nesse intervalo, aproximando-se de seis em cada dez domicílios vulneráveis usando fossas simples — um sinal de retrocesso sanitário. O estado do Pará não escapa: cresce até 51,3%, consolidando aumento de quase oito pontos desde 2019. Esses movimentos sugerem que investimentos em esgotamento perderam prioridade orçamentária ou foram insuficientes diante da expansão populacional e dos novos loteamentos populares (Gráfico 23).

O quadro geral traduz dupla crise sanitária: persistência de despejo inadequado de dejetos e de manejo incorreto de resíduos sólidos nas comunidades mais carentes. Em Senador José Porfírio e na RI Xingu, a deterioração coincidiu com avanços modestos (ou mesmo reversões) em indicadores socioeconômicos, indicando que a redução da pobreza monetária não se converteu em melhoria das infraestruturas básicas. Para reverter o cenário, será necessário articular programas de saneamento rural, linhas de financiamento a pequenas estações de tratamento e integração das metas municipais aos Planos Estaduais de Resíduos e de Saneamento, garantindo que o crescimento econômico regional se traduza em qualidade ambiental e saúde pública efetivas para a população de baixa renda (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



No recorte municipal de Senador José Porfírio, o gasto com prevenção de desastres mostrou clara expansão até 2021: saiu de aproximadamente R\$ 430 por habitante em 2019 para quase R\$ 590 em 2021, crescimento de mais de 35% que sugere aportes extraordinários para contenção de cheias do Xingu ou para adequação a novas exigências de Defesa Civil. Em 2022, entretanto, verificou-se um ajuste para cerca de R\$ 545, seguido de retração acentuada em 2023 (\approx R\$ 404). Embora o patamar final ainda denote esforço relevante, o quinquênio termina com dispêndio inferior ao de 2019, evidenciando que os investimentos robustos de mea-

dos da série não se sustentaram no orçamento municipal (Gráfico 24).

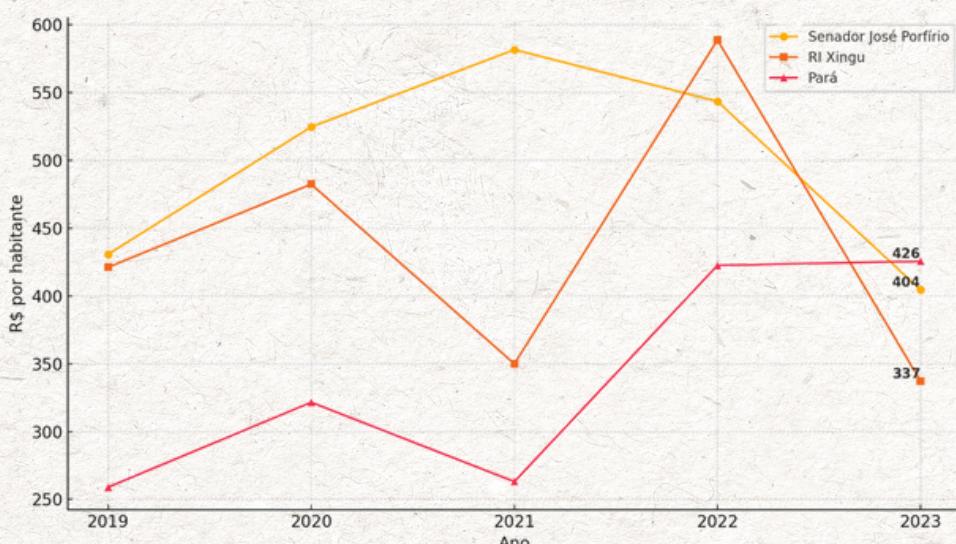
Na Região de Integração Xingu o comportamento foi ainda mais errático. A região acompanhou a alta inicial (R\$ 420 \rightarrow R\$ 480 em 2020), mas sofreu forte recuo em 2021, quando o indicador caiu perto de R\$ 350 – possivelmente reflexo de reorientação de recursos para a pandemia. Surpreendentemente, em 2022 os gastos regionais saltaram para quase R\$ 590, superando inclusive o ápice municipal, cenário compatível com repasses emergenciais do Estado ou da União diante de eventos climáticos extremos. Esse pico se desfaz em 2023, quando os desem-



bolsos recuam a algo em torno de R\$ 335, fechando o período em nível abaixo do inicial e revelando alta dependência de transferências pontuais (Gráfico 24).

O estado do Pará apresenta trajetória menos volátil, embora também marcada por oscilações. Partiu de cerca de R\$ 260 per capita em 2019 e atingiu R\$ 320 em 2020, recuou para R\$ 260 em 2021, mas avançou fortemente em 2022 para a casa de R\$ 425, mantendo-se praticamente estável em 2023. Na comparação quinquenal, o gasto estadual expandiu cerca de 65 %, o que aponta institucionalização gradual da agenda de prevenção no ciclo orçamentário paraense, mesmo que a execução continue sujeita a picos circunstanciais. O contraste entre a estabilidade relativa do Estado e a volatilidade municipal/regional evidencia falhas de coordenação vertical e sugere a necessidade de mecanismos de financiamento contínuo – como fundos permanentes – para evitar descontinuidade de ações preventivas nos territórios mais vulneráveis (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 404/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Senador José Porfírio os desembolsos para preservação de rios e igarapés cresceram de R\$ 290 por habitante em 2019 para R\$ 350 em 2020, refletindo possivelmente projetos de manejo de pesca artesanal e controle de resíduos no Xingu. A ligeira queda em 2021 (\approx R\$ 340) e a redução mais forte em 2022 (\approx R\$ 288) sugerem deslocamento de prioridades durante a crise sanitária; todavia, em 2023 há forte recomposição, com o gasto atingindo R\$ 405 – o maior da série e 40 % acima do ponto de partida. Isso indica retomada da agenda hídrica, talvez impulsionada por convênios federais ligados ao Programa Águas Amazônicas ou contrapartidas ambientais de empreendimentos minerários (Gráfico 25).



A RI Xingu exibe tendência de alta quase contínua, embora em patamares absolutos bem menores. Os valores saltam de cerca de R\$ 65 em 2019 para R\$ 90 em 2021, sofrem breve recuo em 2022 (\approx R\$ 70) e mais que dobram em 2023, alcançando R\$ 143. O avanço líquido superior a 110% aponta consolidação de políticas regionais de proteção de corpos d'água e fortalecimento de consórcios intermunicipais para gestão de bacias, ainda que o esforço permaneça disperso

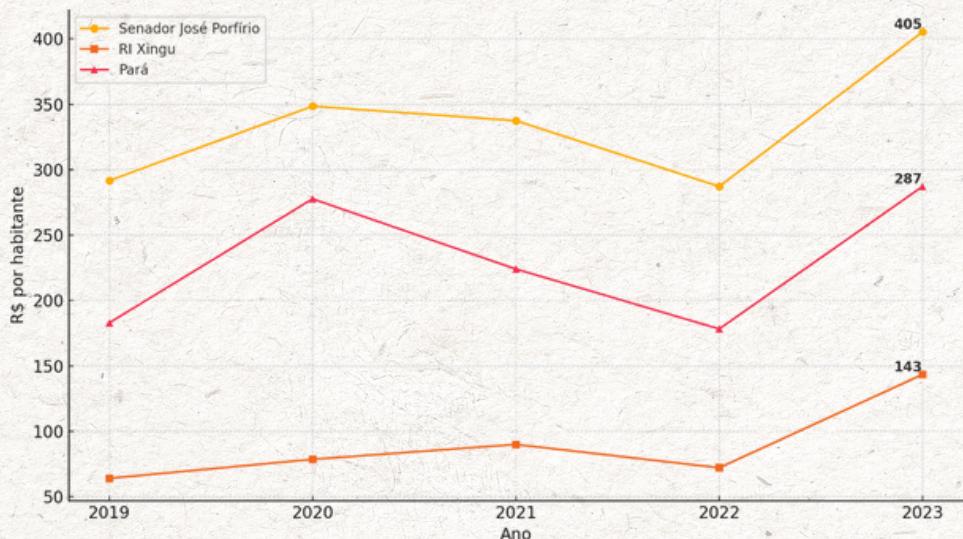
e sujeito a flutuações anuais (Gráfico 25).

No estado do Pará, o indicador acompanha padrão semelhante ao municipal, porém com menor amplitude. O gasto sobe de R\$ 185 em 2019 para R\$ 275 em 2020, recua para R\$ 225 em 2021 e para R\$ 180 em 2022, mas dispara em 2023 para R\$ 287. A elevação de 55% no quinquênio sugere que a política estadual de recursos hídricos recuperou espaço no orçamento pós-pandemia, possivelmente estimulada por



metas de conservação previstas no Plano Estadual de Meio Ambiente. Comparando escalas, nota-se convergência em 2023 entre Estado e município, enquanto a RI reduz distância relativa, sinalizando melhora na coordenação multe escalar; ainda assim, a volatilidade acumulada indica que a consolidação de programas de longo prazo — como monitoramento permanente da qualidade da água e apoio a comunidades ribeirinhas — é condição essencial para estabilizar o fluxo de investimentos e assegurar resultados ambientais duradouros (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 405/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Senador José Porfírio, o indicador revela perda florestal paulatina, porém contínua, durante quase todo o quinquênio: o percentual cai de cerca de 86% em 2019 para quase 84% em 2021 e despenca para 79% em 2022, estabilizando-se nesse patamar em 2023. A trajetória indica pressão antrópica crescente – expansão de frentes agrícolas, exploração madeireira ou abertura de vias – que reduziu aproximadamente sete pontos percentuais da cobertura em quatro anos, sem sinal de recuperação efetiva no final da série (Gráfico 26).

Na Região de Integração Xingu, o comportamento foi ainda mais errático. Após um declínio moderado de 82% para 78% entre 2019 e 2021, registra-se colapso abrupto

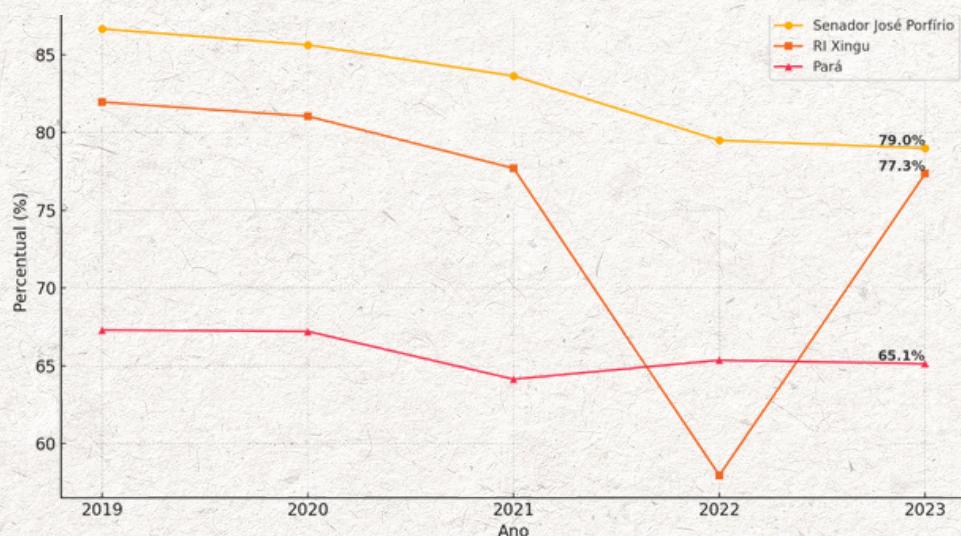
em 2022, quando a área coberta por floresta afunda para cerca de 58%. Esse tombo sugere ocorrência de grandes eventos de desmatamento ilegal ou regularização de áreas degradadas anteriormente não contabilizadas. Em 2023 há forte reação, com o percentual voltando para 77%,

mas ainda aquém dos valores de início de série, evidenciando que o salto de degradação não foi totalmente revertido (Gráfico 26).

O estado do Pará apresenta curva bem mais suave. A cobertura manteve-se em torno de 67% em 2019-2020, recuou para 64% em 2021, e subiu ligeiramente para aproximadamente 65% em 2022-2023. A perda líquida de dois pontos percentuais sugere que, embora o desmatamento siga ativo, políticas estaduais – como operações de fiscalização integrada e incentivos a cadeias produtivas sustentáveis – conseguiram conter grandes variações, contrastando com a volatilidade observada na RI Xingu e a tendência de declínio persistente no município (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 79%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

O movimento em Senador José Porfírio traduz, em sentido inverso, a redução florestal descrita: a área desmatada sobe de 10% em 2019 para 11,5 % em 2021, atinge 12,4% em 2022 e encerra 2023 em 13,2%. Trata-se de crescimento contínuo, embora relativamente gradual (≈ 3 p.p. no período), indicando processo de avanço de loteamentos ou pastagens sem inflexões bruscas, mas suficientemente persistente para comprometer parte da cobertura remanescente (Gráfico 27).

Na RI Xingu, o cenário é de forte instabilidade. Após alta lenta até 15% em 2021, o percentual explode para mais de 32% em 2022 – salto que praticamente dobra a área oficialmente desmatada em apenas

um ano –, sinalizando episódios intensos de derrubadas (possivelmente ligados a grilagem de terras ou expansão ilegal de soja e gado). Em 2023 há recuo para 16,3%, mas ainda superior à linha de base, sugerindo que a ofensiva de 2022 deixou cicatrizes permanentes e que esforços de controle apenas contiveram, sem reverter integralmente, a degradação (Gráfico 27).

O estado do Pará mostra tendência ascendente, porém amortecida: de 21,8% em 2019 vai a 23,2% em 2023, com incrementos anuais discretos. Esse padrão revela que, embora o desmatamento permaneça elevado, seu ritmo foi relativamente constante à escala estadual. O contraste com o

pico regional confirma que os totais paraenses mascaram choques localizados de grande magnitude; assim, a gestão pública precisa combinar ações macrorregionais – combate às cadeias ilegais de madeira e incentivo à economia florestal – com intervenções focalizadas onde as estatísticas locais denunciam surtos de destruição, como ocorreu na RI Xingu em 2022. (Gráfico 27).

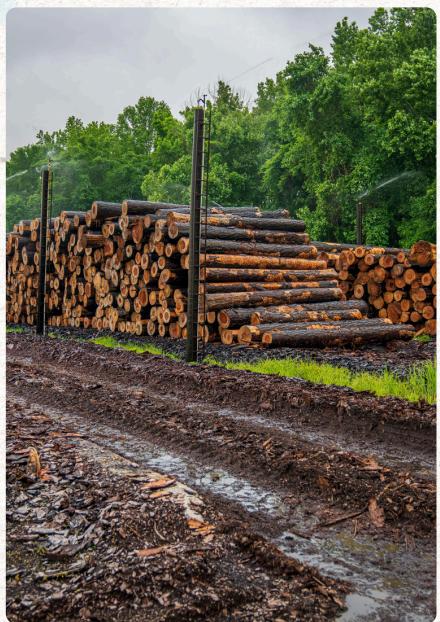
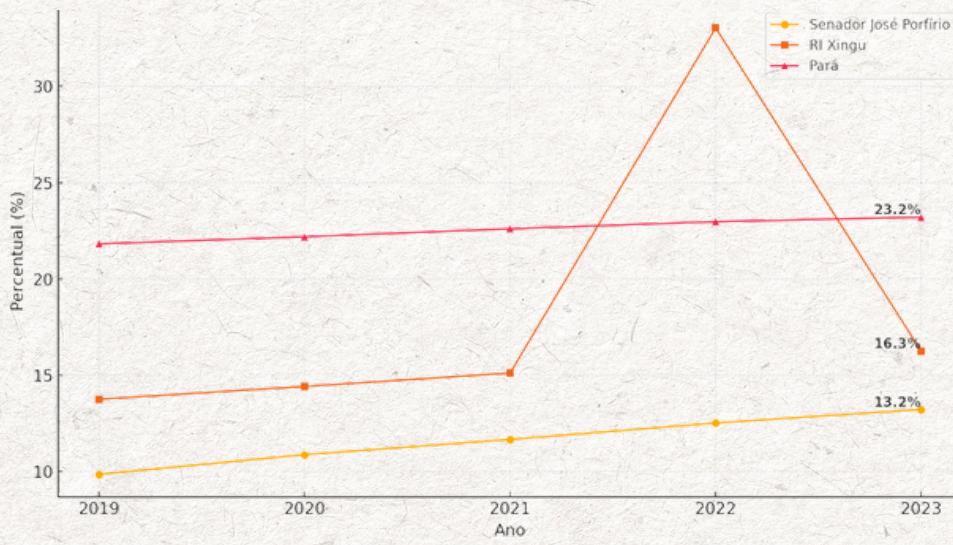


Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2020, Senador José Porfírio promoveu uma virada contundente: o indicador saiu de quase 9 casos por 100 mil habitantes para zero e permaneceu zerado até 2023. Essa eliminação rápida sugere esforços focalizados de fiscalização do Ministério Público do Trabalho, adesão a programas como o PETI e ações intersetoriais junto às escolas que impediram o retorno das crianças ao mercado de trabalho mesmo durante a pandemia. O fato de a taxa se manter em zero por quatro anos consecutivos indica internalização de rotinas de monitoramento e sensibilização comunitária que inibem reincidência (Gráfico 28).

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Na Região de Integração Xingu observa-se declínio consistente, porém mais gradual: de cerca de 21 para 2 casos por 100 mil entre 2019 e 2023. A queda de quase 90 % sugere expansão da rede de proteção social, intensificação de inspeções rurais e maior acesso a ensino integral nos municípios vizinhos. A redução foi particularmente expressiva nos dois primeiros anos, possivelmente porque operações conjuntas com órgãos estaduais retiraram crianças de atividades extractivas e agropecuárias, enquanto o ritmo mais lento pós-2021 aponta para um estoque residual de casos difíceis de erradicar em áreas isoladas (Gráfico 28).

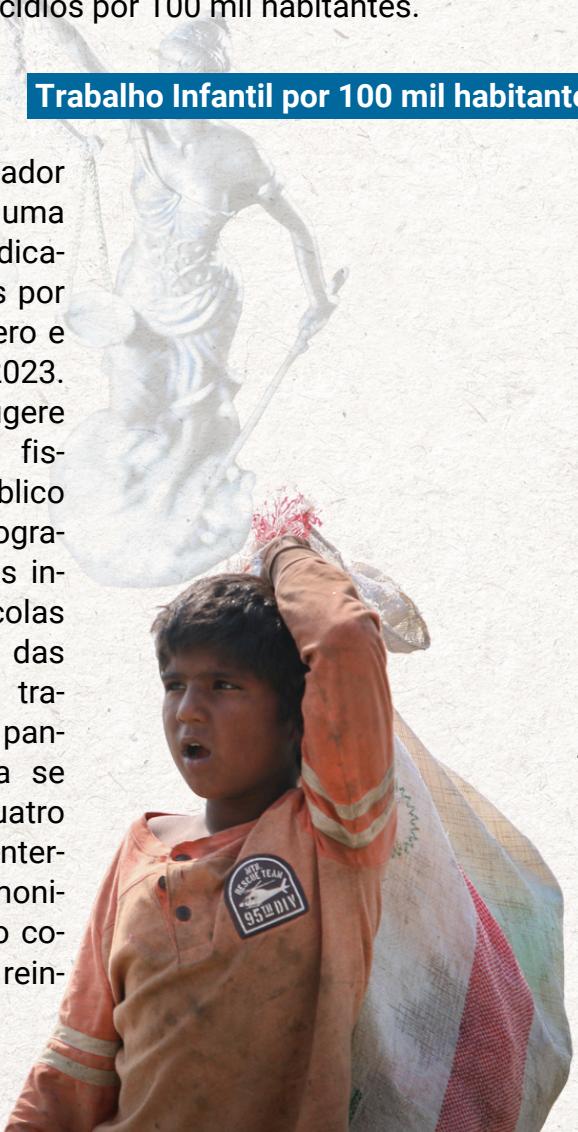
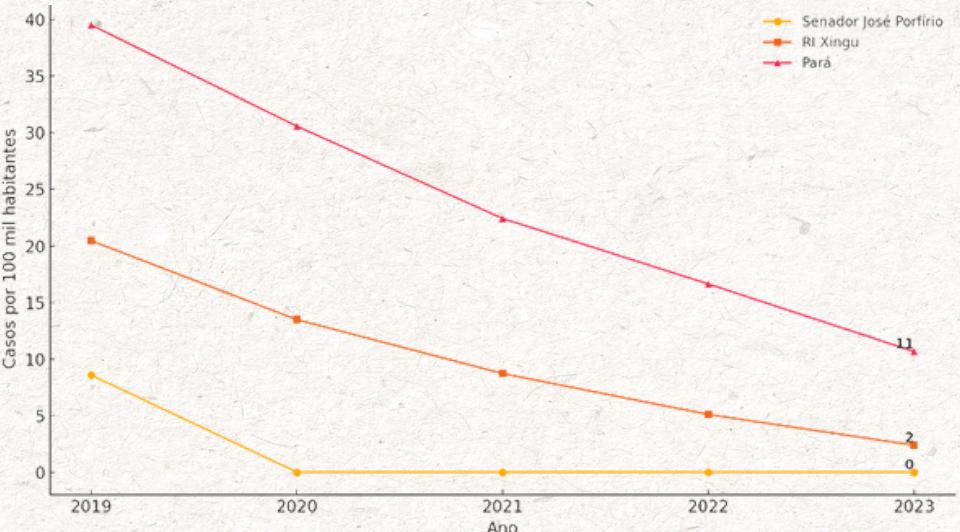




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Senador José Porfírio a violência letal começou alarmante – cerca de 162 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 – mas despencou para 60 em 2020, coincidente com operações de choque da Polícia Militar após conflitos fundiários. A queda continuou até 2022 (≈ 22), resultado de reforço no policiamento fluvial, integração de bases comunitárias e acordos entre lideranças locais. No entanto, 2023 traz reversão parcial, com a taxa subindo para 35; o avanço sugere retomada de disputas relacionadas a garimpo ilegal ou tráfico, indicando que os avanços obtidos ainda care-

cem de institucionalização para se tornarem duradouros (Gráfico 29).

A RI Xingu também reduziu a taxa entre 2019 e 2020 ($72 \rightarrow 46$), mas estabilizou-se na faixa de 49-50 homicídios desde 2021. Esse platô revela que as causas estruturais da violência – rotas de entorpecentes, expansão da grilagem e imigração sazonal – permanecem ativas, desafiando a capacidade de policiamento e de mediação de conflitos agrários. A ausência de nova queda após 2020 sugere necessidade de políticas de desenvolvimento territorial e prevenção social, além de inte-

ligência integrada para desestruturar organizações criminosas regionais (Gráfico 29).

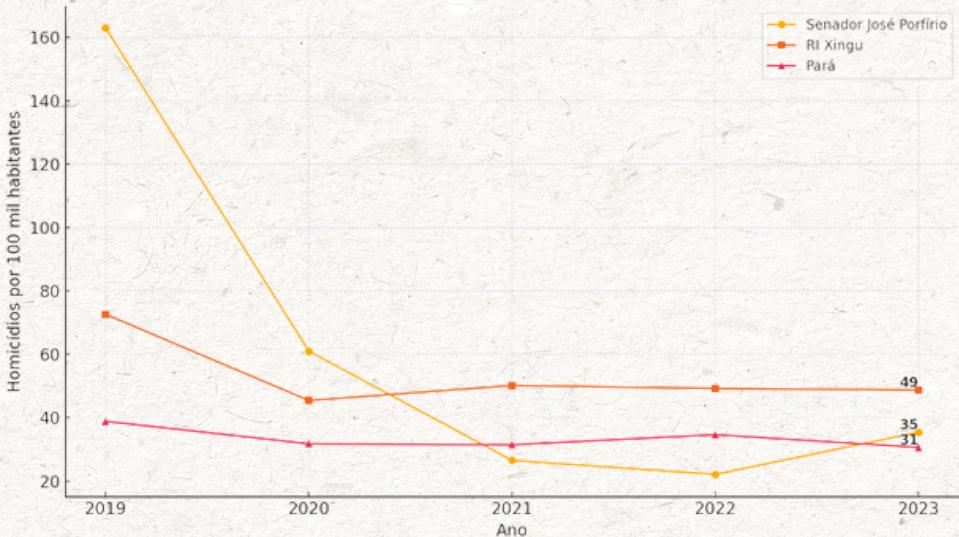
No estado do Pará observa-se trajetória menos extrema: redução de 38 para 31 homicídios entre 2019 e 2020, seguida de leve oscilação – pico de 35 em 2022 e recuo a 31 em 2023. O Estado consolidou queda de 18% no quinquênio, atribuível à interiorização do programa “Territórios pela Paz” e ao fortalecimento da perícia forense que elevou a taxa de elucidação de crimes. Apesar disso, permanece acima do limiar de 30 homicídios por 100 mil, considerado epidemia de violência pela OMS.



O contraste com a volatilidade municipal e a estagnação regional evidencia que, embora a política pública estadual tenha impacto, a efetividade plena requer articulação com estratégias locais de gestão de conflitos e inclusão socioeconômica (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

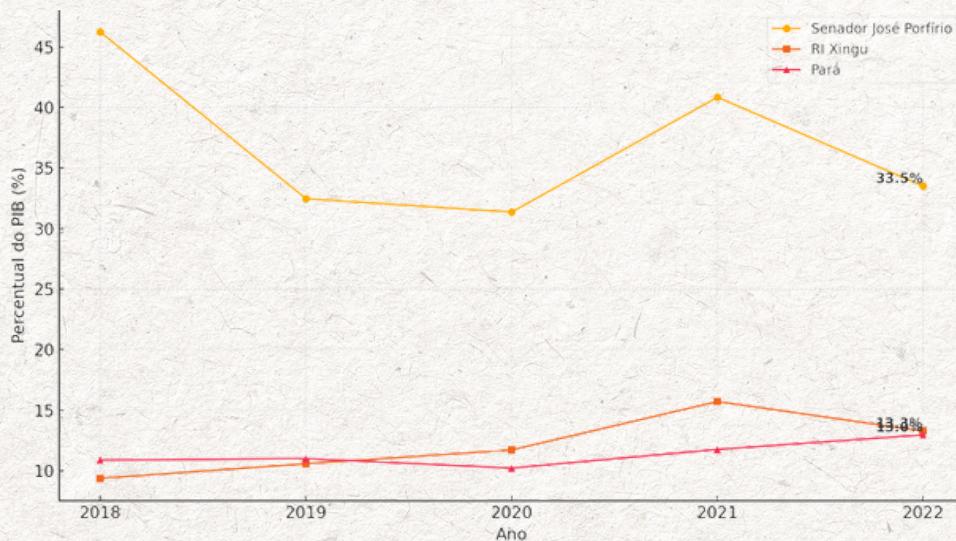
O município de Senador José Porfírio exibe trajetória fortemente oscilante. Em 2018, o gasto público representava impressionantes 46% do PIB local, sinal de forte presença estatal num contexto produtivo relativamente pequeno. Entre 2019 e 2020 o indicador despencou para a casa de 32-31%, possivelmente pela expansão do denominador (PIB impulsionado por mineração) combinada a contenção de despesas correntes. Já em 2021 houve repique expressivo para 41%, refletindo pacotes emergenciais de combate à pandemia e investimentos em infraestrutura; porém, o fôlego não se manteve e 2022 encerrou em 33,5%, patamar ainda elevado, mas 12 pontos abaixo do pico inicial, sugerindo ajustes fiscais após o choque sanitário (Gráfico 30).

Na Região de Integração Xingu o comportamento é de crescimento moderado com correção recente. O gasto partiu de 9,4% do PIB em 2018 e subiu gradualmente até 11,6% em 2020, acompanhado pela ampliação de transferências intergovernamentais e expansão de políticas sociais. O ápice ocorreu em 2021, quando alcançou 15,6%, provavelmente em função de incentivos regionais ao setor de saúde e programas de assistência. Em 2022 a proporção recuou para 13,8%, refletindo alguma retomada da atividade privada e contenção de despesas discricionárias, mas ainda supera em mais de quatro pontos o nível pré-pandemia, indicando maior peso da máquina pública na economia regional (Gráfico 30).

Para o estado do Pará, a série

mostra estabilidade inicial seguida de avanço contínuo. O indicador manteve-se em torno de 10,8-10,7% entre 2018 e 2019, caiu ligeiramente para 9,9% em 2020 com a retração de receitas próprias, e passou a crescer na fase de recuperação: 11,5% em 2021 e 12,8% em 2022. Esse aumento aponta para reforço do papel contracíclico do Estado, via investimentos e custeio ampliado de políticas sanitárias e sociais, num contexto de PIB em expansão moderada. O contraste entre a volatilidade municipal, a escalada regional e o avanço gradual estadual indica dinâmicas fiscais diferenciadas: municípios pequenos sofrem mais com oscilações de projetos pontuais, regiões agregam efeitos de transferências extraordinárias e o Estado dilui a variação em base econômica mais diversificada (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Senador José Porfírio, a taxa de acesso à banda larga fixa permaneceu bastante baixa ao longo de todo o quinquênio e apresentou forte volatilidade. O indicador saiu de aproximadamente 1,3 ponto por 100 habitantes em 2019 para 1,5 em 2020, ganhou fôlego em 2021 com avanço até 2,3 pontos – provavelmente impulsionado por programas de conectividade escolar durante a pandemia e pela expansão pontual de provedores locais –, mas não sustentou o crescimento: despencou para cerca de 1,1 em 2022, possivelmente por cancelamentos de assinaturas associados à crise econômica ou instabilidade técnica, e voltou a recuperar parte da perda em 2023, chegando a 2 pontos. Mesmo com o resultado final 54% acima do patamar inicial, o município ainda exibe penetração muito limitada, confirmando desafios de escala de

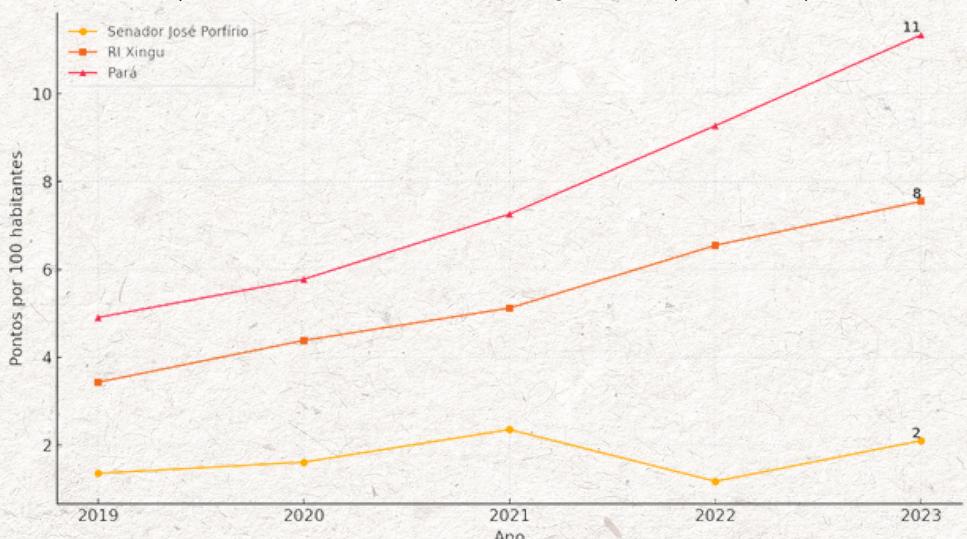
mercado e de infraestrutura física em áreas remotas (Gráfico 31).

Na Região de Integração Xingu o percurso é mais consistente e crescente. Partindo de cerca de 3,5 linhas por 100 habitantes em 2019, a taxa avançou para 4,3 em 2020 e 5,1 em 2021. O ritmo de expansão acelerou no biênio seguinte, chegando a 6,5 em 2022 e 7,6 em 2023, o que representa crescimento acumulado de pouco mais de 115% no período. Esse desempenho revela que, embora a RI ainda esteja distante dos grandes centros urbanos, ela já consolida massas de usuários suficientes para atrair investimento em redes de fibra e planos combo, mantendo trajetória ascendente sem interrupções (Gráfico 31).

O estado do Pará apresenta a curva mais robusta e sem reversões: a densidade cresceu de aproximadamente 4,9

para 5,8 entre 2019 e 2020, atingiu 7,2 em 2021 e acelerou nos dois anos seguintes – 9,3 em 2022 e 11,2 em 2023 – registrando alta de 128% no quinquênio. O avanço reflete a combinação de políticas federais com incentivos estaduais à rede metropolitana de dados e ao compartilhamento de postes da Equatorial, além da maior capacidade aquisitiva dos domicílios urbanos. O contraste entre o patamar estadual e o baixo nível municipal explicita desigualdades territoriais de acesso: enquanto o Estado se aproxima de uma linha por assinatura para cada nove habitantes, Senador José Porfírio ainda não alcança sequer um quarto desse nível, indicando que programas de universalização precisam focar em subsídios e infraestrutura de última milha para localidades menos populosas (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

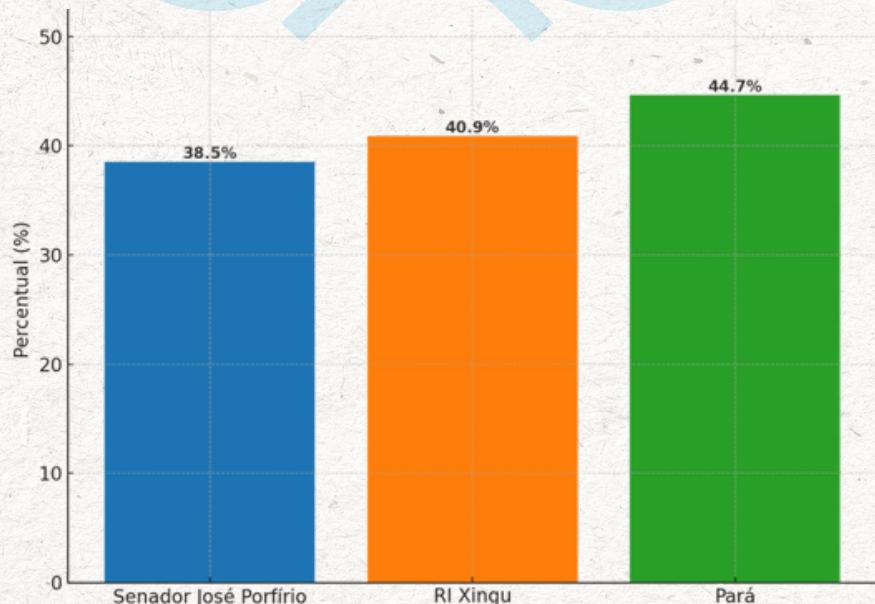
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Senador José Porfírio** registrou um IDS de **38,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Senador José Porfírio x RI Xingu x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



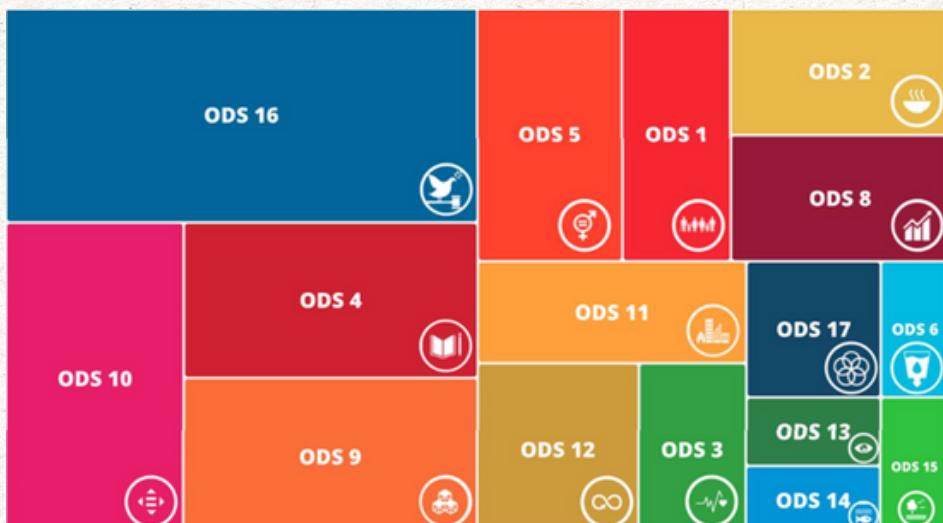
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

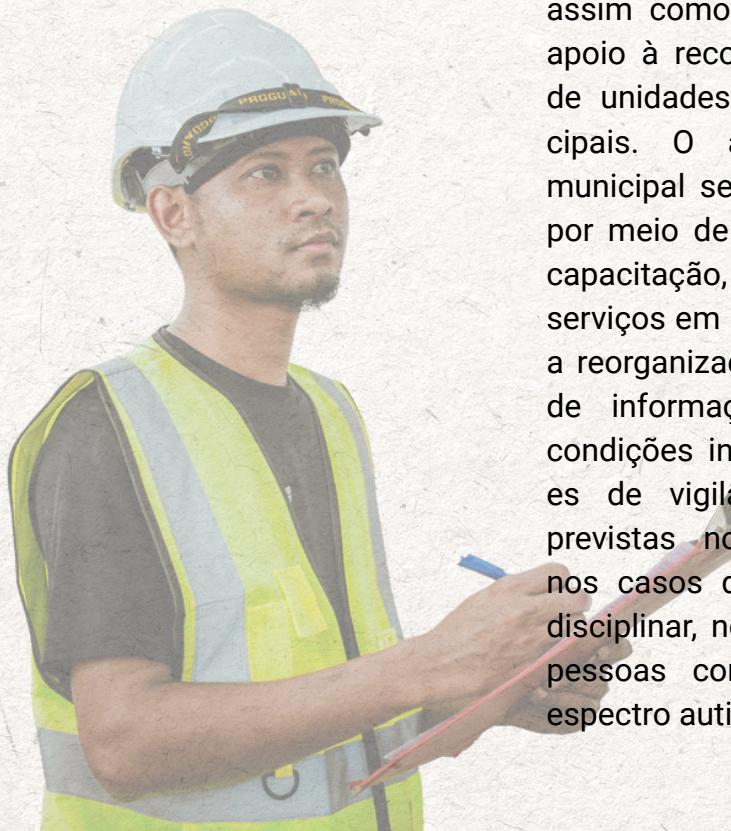
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Senador José Porfírio na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Senador José Porfírio e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

